



# Companhia das Lezírias

RELATÓRIO E CONTAS



# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

MARÇO 2023

# ÍNDICE

<b>01. SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	005
<b>02. O ANO DE 2022 REVISTO EM ALGUNS NÚMEROS</b>	012
<b>03. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS</b>	015
<b>04. RECURSOS HUMANOS</b>	018
<b>05. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	022
5.1. CONTAS DO EXERCÍCIO	023
5.2. CONTROLO ORÇAMENTAL	031
<b>06. DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</b>	034
<b>07. PERSPETIVAS FUTURAS</b>	063
<b>08. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	065
<b>09. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	067
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	069
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	069
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	069

# 01. SUMÁRIO EXECUTIVO

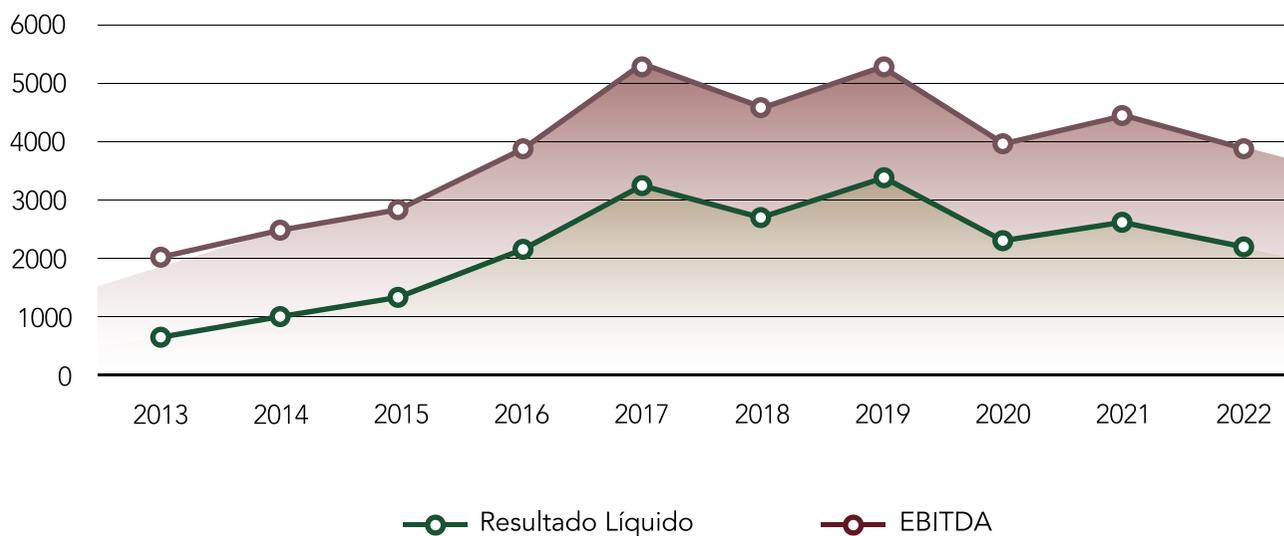
A Companhia das Lezírias (CL) gerou em 2022 um Resultado Líquido no valor de 2,231 milhões de euros, tendo conseguido manter a tendência de resultados positivos que se tem verificado sucessivamente ao longo dos anos, num ano assinalado pela recuperação de um contexto particularmente difícil e desafiante que ficou marcado pela crise pandémica COVID-19, que representou um choque enorme para a economia global, europeia e nacional. Acresce, no entanto, que surgiu um novo problema contextual: a guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

O Resultado Líquido de 2022 decresceu cerca de 400 mil euros face a 2021, o que representa um decréscimo de 15%. Já o EBITDA, no valor de 3.906.145 euros, registou uma variação negativa de 11% face ao ano 2021.

O ano 2022 já se previa difícil, tendo sido marcado por um contexto de incerteza e complexidade resultante de várias pressões, entre as quais a guerra na Europa despoletada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, o subsequente cenário inflacionista e as alterações climáticas que se fazem sentir de forma cada vez mais acentuada e se traduzem em riscos e impactos significativos na gestão agrícola e florestal.

Tal como evidenciam o gráfico e tabelas infra, o EBITDA e o Resultado Líquido de 2022 regrediram face a 2021, atingindo os níveis verificados em 2020 e 2016. O resultado líquido encontra-se ligeiramente acima da média dos últimos 10 anos (2,156M€) e abaixo da média dos últimos 3 (2,396M€).

#### EVOLUÇÃO DO EBITDA E RESULTADO LÍQUIDO [10 ANOS]



(milhares euros)

	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Resultado Líquido	668	1 026	1 328	2 111	3 248	2 661	3 328	2 324	2 633	2 231
EBITDA	1 911	2 463	2 823	3 860	5 238	4 581	5 280	3 945	4 399	3 906

No que se refere ao Resultado Operacional, verificou-se uma variação negativa na ordem dos 15% quando comparado com o ano anterior, apresentando um valor de 2.815.061 euros.

O volume de negócios situou-se nos 7,4 milhões de euros, o que reflete uma variação negativa de cerca de 19% face a 2021, com as vendas a assumirem o significativo peso de -128% na variação absoluta do volume de negócios face ao período homólogo, com um decréscimo na ordem dos 2 milhões de euros. Todavia, a prestação de serviços compensou parcialmente o decréscimo das vendas, tendo registado um aumento de 139% (+421 mil euros).

Para efeitos de apuramento do volume de negócios da Companhia das Lezírias concorrem não só as vendas e a prestação de serviços, mas também os arrendamentos rurais e urbanos do seu vasto património. Com efeito, num universo de cerca de 70 rendeiros, aos quais corresponde aproximadamente um terço da superfície agrícola total da CL, a contribuição do volume de rendas cobradas não pode ser desligada da atividade comercial da empresa, sendo claramente uma área de negócio. Com efeito, explorar diretamente uma determinada área ou arrendá-la a terceiros para uma finalidade agrícola ou afim, é um ato de gestão e de decisão ponderada, com envolvimento direto e muito trabalho de preparação.

<b>VOLUME DE NEGÓCIOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>VARIAÇÃO ABSOLUTA (EUROS)</b>	<b>VARIAÇÃO RELATIVA (%)</b>
Vendas	3 405 012	5 574 864	-2 169 852	-38,92%
Serviços Prestados	722 596	302 004	420 592	139,27%
Arrendamentos	3 287 537	3 235 941	51 596	1,59%
	<b>7 415 145</b>	<b>9 112 809</b>	<b>-1 697 664</b>	<b>-18,63%</b>

O rendimento global proveniente das vendas e serviços prestados foi de 4.127.608 euros, tendo ficado abaixo do valor previsto no orçamento (5.985.672 euros) e 30% aquém do valor que se verificou no ano transato. O “efeito preço”, associado aos produtos florestais, com destaque para

a cortiça amadia, e aos produtos agrícolas, embora sendo positivo, é insuficiente para compensar o expressivo efeito negativo associado à variação da quantidade nas vendas, tal como se evidencia no quadro seguinte:

<b>VOLUME DE NEGÓCIOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>EFEITO VARIAÇÃO PREÇO</b>	<b>EFEITO VARIAÇÃO QUANTIDADE</b>	<b>Variação total</b>	<b>%</b>
Vendas	3 405 012	5 574 864	149 931	-2 319 783	-2 169 852	-38,92%
Serviços Prestados	722 596	302 004		420 592	420 592	139,27%
<b>TOTAL</b>	<b>4 127 608</b>	<b>5 876 868</b>	<b>149 931</b>	<b>-1 899 190</b>	<b>-1 749 260</b>	<b>-29,77%</b>

O “efeito preço” foi muito residual quando comparado com o “efeito quantidade” nas Vendas, que foi bastante negativo, tendo tido um peso de cerca de 133% na variação total. A quantidade de cortiça que teve de ficar na árvore (quase doisterços do total) por impossibilidade de tiragem, contribuiu significativamente para isso. No que se refere aos Serviços Prestados, a variação total (+420.592 euros) deve-se maioritariamente a um contrato de prestação de serviços de multiplicação de semente de

girassol em cerca de 146 ha afetos à cultura do milho nas campanhas anteriores.

Comparativamente com o ano transato, verificam-se diferentes desempenhos nas culturas agrícolas da CL, sendo que na generalidade foram bastante negativos. A variação da produção das culturas agrícolas na CL que se verificou em 2022 face a 2021, foi a seguinte, por cultura:

<b>CULTURA</b>	<b>VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO (KGS) 2022/2021 (%)</b>
Arroz	-45,70%
Milho	-100,00%
Vinha	-37,60%
Olival CL	-53,70%

Conforme tem vindo a ser sinalizado pela Companhia das Lezírias ao longo dos anos, o desempenho dos anos agrícolas reveste-se de um elevado grau de incerteza, decorrente dos impactos das alterações climáticas, os quais têm vindo a sentir-se de forma mais intensa, quer pela ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, quer pela seca em algumas áreas.

No que se refere à cultura do arroz, a produção sofreu uma quebra de produção de 45,70 % relativamente ao ano anterior justificada pela redução da área cultivada e pelas condições climáticas desfavoráveis que se verificaram durante as principais fases da cultura. Com efeito, como medida preventiva por motivo da previsível falta de água para rega e da seca que se verificou em Portugal nos anos 2021 e 2022, a área semeada de arroz foi reduzida em cerca de 17,5 %. No entanto, verificou-se um resultado económico muito positivo, consequência da redução do custo nas operações culturais, induzida pela diminuição da área, conjugada com o aumento do preço de venda.

Face à incerteza no fornecimento de fertilizantes e fitofármacos, assim como ao aumento de preços verificado, factos decorrentes do contexto de guerra na Europa, em 2022 a área agrícola afeta nas campanhas anteriores à cultura do milho foi substituída parcialmente, pela multiplicação de semente de girassol, pela implantação de um prado de Luzerna e pousio.

Na vinha, verificou-se uma quebra de produção na ordem dos 38%. Contrariamente à campanha anterior, o ano vitícola de 2021/2022 foi negativamente influenciado pelas condições de clima que se sentiram ao longo de todo o ano. Com um inverno invulgarmente seco e quente, Portugal atravessou em 2022 uma das piores secas desde que há registos. Durante o ciclo vegetativo, a quase ausência de chuva permitiu uma estratégia de produção das culturas muito menos interventiva,

permitindo mitigar os custos de produção. Todavia, os períodos de calor atípico durante a época de floração, obrigou ao reforço da irrigação para manter as plantas num limiar de conforto aceitável, o que originou custos acrescidos com a energia. O final de primavera e verão seco e fresco facilitaram a maturação da uva, mas deram origem a bagos de pequenas dimensões, embora com uma excelente concentração.

Para além da quebra por limiar de stress hídrico nas vinhas em sequeiro, a vaga de calor intenso que ocorreu na primeira quinzena de julho, em que se verificaram temperaturas acima dos 43°C, deu origem a um escaldão severo nas zonas de menor vigor na vinha, especialmente em solos arenosos com cobertos vegetais deficientes. Este escaldão afetou em média cerca de 36% da produção total da uva numa das vinhas, sendo a casta Alicante Bouschet a que mais sofreu. Embora com valores de produção e rendimento baixos, é de assinalar a excelente sanidade da uva nesta campanha.

No olival, após a boa produção que se verificou na campanha anterior, dita como safra, era expectável que em 2022 houvesse algumas quebras devido ao efeito natural da contrassafra. Embora a floração na primavera de 2022 tenha sido muito abundante, as condições de seca extrema sentidas afetaram negativamente a cultura, que registou uma quebra de 54%.

No que se refere aos produtos florestais, o ano de 2022 caracterizou-se pelas condições extremas de seca, quer do inverno e primavera, quer acumuladas desde 2015, e pela ocorrência de várias vagas de calor durante o verão. Pela primeira vez, desde 2005, foi necessário interromper a tiragem da cortiça, tendo-se tirado pouco mais de um terço do previsto (um total de 15.515@ numa área de 431 ha) , o que não foi compensado pelo aumento do preço. Verificou-se, também, uma diminuição de madeira de pinho (-50%), que decorreu de uma menor

quantidade de madeira seca, mas, principalmente, de menores áreas a corte, e uma produção de pinhas muito baixa. O desempenho da produção florestal verificou uma acentuada diminuição dos proveitos (-45%) e uma muito menor redução dos gastos (-9%).

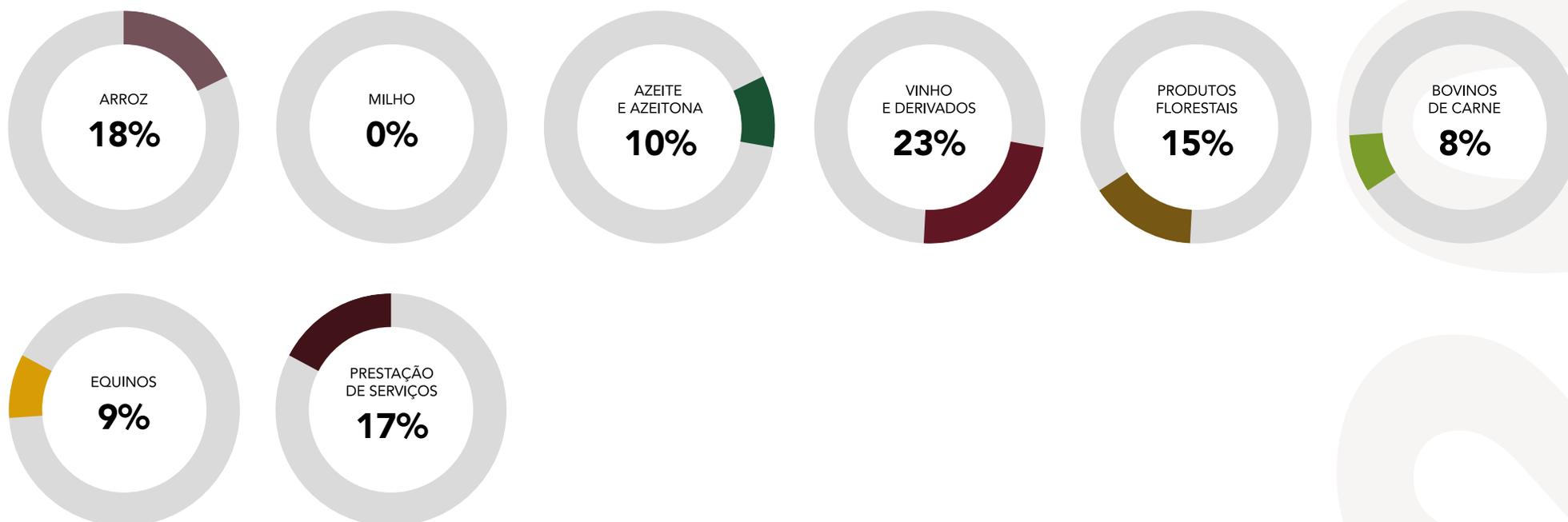
De uma forma geral, os preços médios de venda tiveram uma evolução positiva. As subidas mais expressivas verificaram-se no arroz (+76,98%), na azeitona (+43,53%), na madeira e lenha de pinho bravo (+18,85% e 22,55%, respetivamente), na cortiça virgem e amadia (+20% e +7,6%, respetivamente) e no vinho engarrafado (+3,5% no preço médio por litro).

O aumento nos serviços prestados na ordem dos 139%, resulta, essencialmente, do contrato de prestação de serviços de multiplicação de semente de girassol, mas também de um aumento no turismo de natureza (EVOA e Charneca) e no turismo equestre (Coudelaria de Alter).

O crescimento alcançado, resulta, em parte, do trabalho contínuo por nós realizado junto dos jornalistas, influenciadores, apresentadores de televisão e outros *opinion maker*, tanto a nível nacional como internacional, despertando um interesse crescente junto dos media e redes sociais que contribuiu de forma direta e indireta para a visibilidade e notoriedade da Coudelaria de Alter nas suas várias vertentes de negócio, das quais não se poderá deixar de referir o impacto na dos equinos dos diversos ferros lá existentes.

No que concerne o valor das Vendas e Serviços Prestados, verifica-se uma grande heterogeneidade de atividades e culturas. Conforme ilustra o gráfico infra, em 2022, os segmentos com maior peso foram: os vinhos e derivados (23%), o arroz (18%), a prestação de serviços (17%) e os produtos florestais (15%).

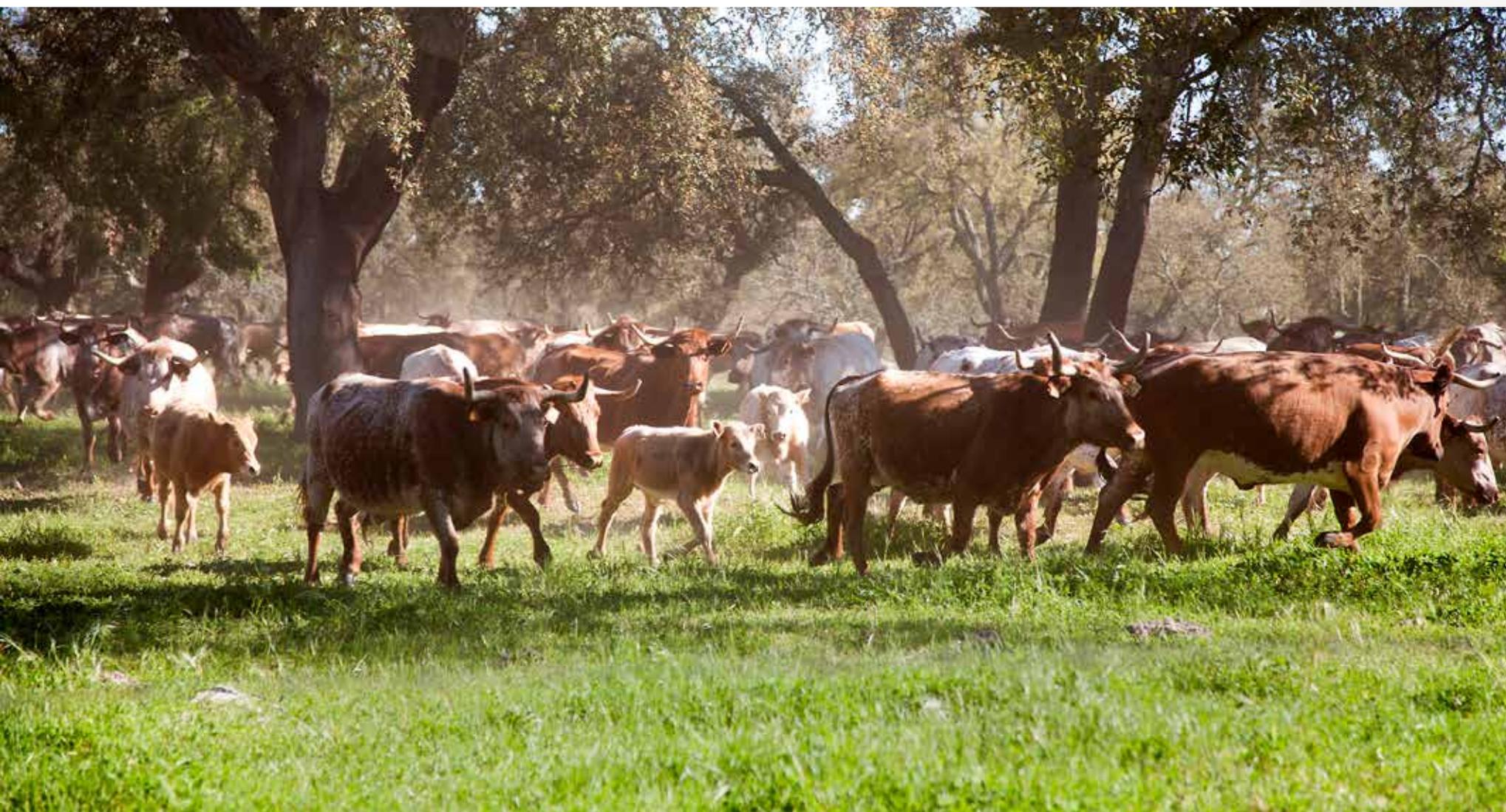
#### VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS 2022



Quanto aos Gastos Operacionais, num total de 7.983.567 euros (8.515.557 euros, em 2021), verifica-se uma redução de 6,2% face ao ano transato, decorrente essencialmente de um decréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) de 7,9% e do Custo das Matérias Consumidas de 11,9%.

Salienta-se ainda a evolução negativa do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios (rácio de eficiência operacional), face ao ano

2021, passando de 0,9607 para 1,0763, em consequência da diminuição verificada no volume de negócios (18,6%) pelas razões já genericamente identificadas, destacando-se a diminuição das vendas do milho (-1.199 mil euros) e da cortiça (-566 mil euros). É de referir que a cortiça que ficou por extrair em 2022 (cerca de 22.000@) representa um volume de vendas na ordem dos 730 mil euros, que transitará para 2023.



# 02.

## O ANO DE 2022 REVISTO EM ALGUNS NÚMEROS

## ARROZ

---

**248 ha**

Modo de Produção  
Integrada

**1.151 toneladas**

produzidas

**732 m€**

vendas

---

## VINHA E VINHO

---

**120 ha**

em produção dos quais **2 ha**  
em **modo biológico**

**534.240 Kg**

uva produzida

**940 m€**

vendas de vinho

---

## OLIVAL E AZEITE

---

**70 ha**

Modo de Produção  
Integrada

**235.468 Kg**

azeitonas produzidas

**304 m€**

vendas de azeite

---

## BOVINOS

---

**2.178**

cabeças  
em 31.12.2022

**331 m€**

vendas

---

## EQUINOS CCL

---

**86**

animais efetivos  
em 31.12.2022

**103 m€**

vendas

---

## EQUINOS CDA

---

**324**

animais efetivos  
em 31.12.2022

**249 m€**

vendas

---

## MONTADO DE SOBRO

---

**6.570 ha**

Área total

**15.515 @** cortiça extraída  
em **431 ha**

beneficiados **1.616 ha**  
em 2022

**490 m€**  
vendas cortiça

---

## ÁREA ARRENDADA

---

**5.848,77 ha**

Área total

**2.587,34 ha**  
na Lezíria Sul

**1.366,63 ha**  
na Lezíria Norte

**3,032 m€**  
rendas rústicas

---



**11.855**

Visitantes

**3,906 M€**

EBITDA

**86**

Trabalhadores efetivos em  
31.12.2022

**2,441 M€**

Gastos Com Pessoal

**2,231 M€**

Resultado Líquido

**1,088 M€**

Investimento

**9.632**

Atividades equestres Alter

# 03.

## INVESTIMENTO E DESINVESTIMENTO

O total investido durante o exercício foi de cerca de 1.088 mil euros. O plano de investimentos para 2022 previa um orçamento de aproximadamente 2.245 mil euros, o que representa uma taxa de execução de 42%. O investimento foi financiado essencialmente através de fundos próprios, sendo complementado, sempre que possível, por apoios públicos nacionais e europeus não reembolsáveis,

designadamente o PDR2020, o Programa Valorizar do Turismo de Portugal e o Fundo Ambiental.

Releva-se o esforço de investimento de 7,5 milhões de euros efetuado nos últimos sete anos (cf. quadro seguinte), do qual 63% se destinou às áreas agrícola e pecuária.

#### INVESTIMENTOS TOTAIS NA CL (milhares euros)

ACTIVIDADES	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
<b>Agrícola</b>	461	338	521	165	141	106	169	<b>1 901</b>
<b>Pecuária</b>	300	232	379	541	357	357	610	<b>2 776</b>
<b>Florestal</b>	16	2	90	69	56	82	38	<b>353</b>
<b>Turismo</b>	17	113	24	284	285	148	108	<b>979</b>
<b>Equip. Básico</b>	0	100	33	0	71	21	68	<b>293</b>
<b>Outros</b>	141	230	358	162	137	39	95	<b>1 162</b>
<b>TOTAL POR ANOS</b>	<b>935</b>	<b>1 015</b>	<b>1 405</b>	<b>1 221</b>	<b>1 047</b>	<b>753</b>	<b>1 088</b>	<b>7 464</b>

O valor líquido do desinvestimento durante o exercício foi de 848 mil euros. 814 mil corresponde à alienação da participação na Orivárzea. Com efeito, decorrente da necessidade de adaptação ao normativo legal (alínea a), do n.º 1, do artigo 8.º da Portaria n.º 298/2019, de 9 de setembro) aplicável às Organizações de Produtores (OP), a qual restringe a participação de qualquer acionista de uma OP a 20% do capital social da mesma, concretizou-se no ano 2022 a alienação de 7,22% da participação na Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, SA,

permanecendo apenas com 19,9% do capital social dessa sociedade.

Esta alienação foi objeto de autorização pelo Despacho n.º 139/2022-SET, de 28 de janeiro, seguido de despacho da Senhora Ministra da Agricultura, datado de 9 de fevereiro de 2022.



# 04. RECURSOS HUMANOS

## ATIVOS

No início do ano de 2022 a CL contava com um total de 87 trabalhadores efetivos nos seus quadros.

Durante o ano registaram-se vários movimentos, entre os quais: 11 saídas, 2 por reforma e 9 por demissão; admissão de 10 trabalhadores com contrato por tempo indeterminado.

Assim, no final de 2022, a Companhia das Lezírias contava com 86 trabalhadores efetivos no quadro.

Ao longo dos últimos 5 anos, a evolução dos efetivos foi a seguinte:

<b>GRUPO</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Órgãos Sociais (OS)</b>	3	3	3	5	5
<b>Dirigentes</b>	7	7	7	7	7
<b>Restantes Trabalhadores</b>	86	86	82	80	79
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>96</b>	<b>92</b>	<b>92</b>	<b>91</b>
<b>TOTAL S/ OS</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	<b>89</b>	<b>87</b>	<b>86</b>

Verifica-se um decréscimo de um trabalhador efetivo de 2021 para 2022, decorrente da conjugação de dois fatores essenciais: até 31 de dezembro não fosse possível concretizar todos os recrutamentos em curso. Nota para 3 contratações que apenas foram possíveis formalizar em 31 de dezembro, com início de funções já em janeiro de 2023; e a dificuldade em recrutar trabalhadores, devido à localização geográfica de alguns dos postos de trabalho, às remunerações pouco atrativas e à escassez de mão-de-obra enquanto fator transversal.

É expectativa da Companhia das Lezírias conseguir, em 2023, recrutar os colaboradores necessários ao desenvolvimento das suas atividades de forma adequada e sustentável, de acordo com as necessidades efetivas que foram previstas no Plano de Atividades e Orçamento 2023. A empresa precisa dessa estabilidade para continuar a prosperar. A média etária dos trabalhadores com contrato sem termo era de 46 anos, sendo que 33,7% são do sexo feminino e 66,3% são do sexo masculino (cf. quadro seguinte).

<b>F</b>	<b>ESCALÕES</b>	<b>M</b>
1	<25	3
0	<30	5
1	<35	3
6	<40	6
4	<45	9
3	<50	9
7	<55	2
3	<60	13
4	>=60	7
<b>29</b>	<b>Total</b>	<b>57</b>

## NÃO ATIVOS

Por força do estipulado no Acordo de Empresa, a Companhia mantém um conjunto de obrigações, designadamente de pagamento de complemento de pensões de reforma, para com os seus trabalhadores reformados e cônjuges sobreviventes ou filhos menores (pensionistas).

No final do ano de 2022 os designados não ativos eram 88, sendo 46 reformados e 42 pensionistas.

Os custos suportados no exercício com os não ativos atingiram o montante de 124 mil euros, representando cerca de 5% dos encargos com pessoal.



# 05. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

## 5.1. CONTAS DO EXERCÍCIO

As vendas e prestação de serviços atingiram um valor inferior ao exercício anterior em cerca de 1,75 milhões de euros, totalizando 4.128 milhares de euros.

As vendas deste exercício foram inferiores às registadas no ano anterior em todas áreas de atividade:

- Na área agrícola, menos 1.248 mil euros;
- Na área florestal, menos 658 mil euros;
- Na área vitivinícola e oleícola, menos 167 mil euros;
- Na área pecuária, menos 96 mil euros;

Em 2022 a produção de arroz diminuiu 45,7%, totalizando 1.151 toneladas, consequência das condições meteorológicas adversas e da incerteza da disponibilização de água para rega, que penalizaram a cultura e reduziram a área de cultivo de arroz na Lezíria Sul em 53 há (-17,5%). Com um total de vendas de 732 mil euros, verificou-se assim, um valor inferior em 3,9% ao registado em 2021. O aumento extraordinário do preço médio do cereal, +77,0%, ajudou a atenuar os efeitos da área que não produziu.

Foi decidido não executar a cultura do milho, dada a incerteza no fornecimento de adubo líquido na quantidade necessária e o respetivo valor ser garantido, apenas, semanalmente. Em alternativa, aquela cultura foi substituída por áreas de produção para luzerna e outras culturas forrageiras, bem como pela assinatura de um contrato para multiplicação de semente de girassol, com benefícios agronómicos decorrentes da prática de rotação de culturas, tal como o enriquecimento dos solos.

No setor de vinhos, o volume de vendas situou-se nos 940 mil euros, que compara com 1.146 mil euros em 2021, portanto, inferior em cerca de 18% ao montante registado no ano anterior.

As vendas de vinho engarrafado atingiram 659 mil euros contra 756 mil euros em 2021. As vendas de vinho em bag-in-box alcançaram 244 mil euros contra 276 mil euros em 2021, registando uma quebra de 11,6%. No vinho engarrafado o número de unidades vendidas decresceu 15,9%, a quebra foi atenuada devido ao preço médio de venda por litro ter crescido +3,5%. No bag-in-box comercializaram-se menos 20,9% de embalagens de 5 litros e mais 11,7% em embalagens de 10 litros.

No setor oleícola, as vendas agregadas subiram este ano. A quebra acentuada na produção de azeitona, que registou vendas de 115 mil euros, menos 39,8% face a 2021, foi atenuada pelas vendas de azeite a granel e embalado, que ascenderam a 160 mil euros, +90% face ao ano anterior. As vendas de azeite embalado aumentaram este ano, cerca de 38,2%, essencialmente por incremento das unidades vendidas, registando um total de 143 mil euros.

Este ano a produção e venda de cortiça registou 10.103 @ de amadia, 215 @ de virgem e 5.197 @ de bocados, permitindo uma faturação de 490 mil euros. A cortiça amadia registou um preço superior a 2021, mais 7,6%, obtendo um valor de €/@ 41,25. Para as outras qualidades, os preços da cortiça bocados foi de €/@ 13,5 e da cortiça virgem €/@ 12,0, em relação a 2021, menos -3,5% e +20,0%, respetivamente.

No ano de 2021 a produção e venda de cortiça permitiu uma faturação no valor de 1.056 mil euros (23.775 @ de amadia, 949 @ de virgem e 9.589@ de bocados).

O decréscimo verificado no volume de quantidade extraída, deveu-se às condições meteorológicas adversas, seca prolongada e calor extremo, que tiveram como consequência a paragem do processo de extração, ficando por extrair cerca de 22.000 @, das quais se espera um encaixe de 728 mil euros em 2023.

As vendas de madeira, lenhas e pinhas mansas registaram um total de 113 mil euros, menos 92 mil euros que no ano passado, por efeito de menores quantidades extraídas.

Na área de produção de bovinos de carne, verificaram-se vendas inferiores a 2021 em cerca de 15,3%, registando um total de 331 mil euros. Comercializaram-se 677 cabeças, menos 3,4% do que as vendidas no ano anterior.

A produção equina da Coudelaria da Companhia das Lezírias registou vendas de 6 animais que somaram 103 mil euros. Em 2021 venderam-se 6 animais por cerca 163 mil euros, o que representou um decréscimo de 36,6%.

Na Coudelaria de Alter foram vendidos 34 animais, num total de 249 mil euros. Em 2021 as vendas totalizaram 189 mil euros, correspondentes a 19 animais.

Durante 2022 as receitas provenientes da caça foram de 46 mil euros, o que reflete um acréscimo na ordem dos 71,2% face a 2021 (27 mil euros).

Na rubrica de Serviços Prestados, para além dos valores atrás mencionados referentes à caça, registaram receitas de 346 mil euros em 2022, ou seja, mais 47,1% do que os 235 mil euros faturados em 2021. Nesta rubrica, este ano foram adicionados proveitos no valor de 331 mil euros, decorrentes do contrato de parceria para multiplicação de sementes, assinado com a Syngenta.

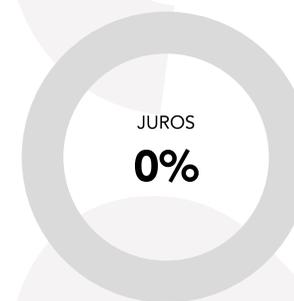
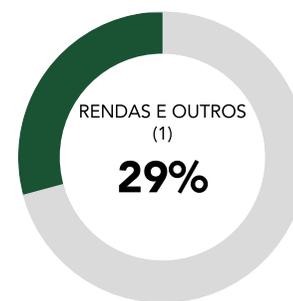
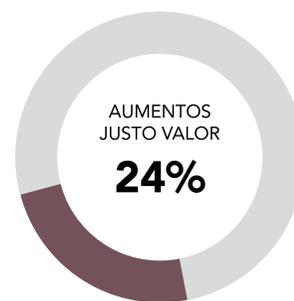
Os Subsídios à Exploração, que totalizaram 2.335 mil euros, ficaram em linha com o ano anterior, diminuindo apenas cerca de 9 mil euros.

A rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” registou uma variação negativa de 1.215 mil euros face a 2021, menos 30,6%. As quebras verificadas nas produções, mais acentuadas no milho e cortiça, a que se juntaram a uva e azeitona, alavancaram negativamente esta rubrica.

Os “Outros rendimentos” ficaram acima do ano anterior (+198 mil euros), totalizando 3.901 mil euros.

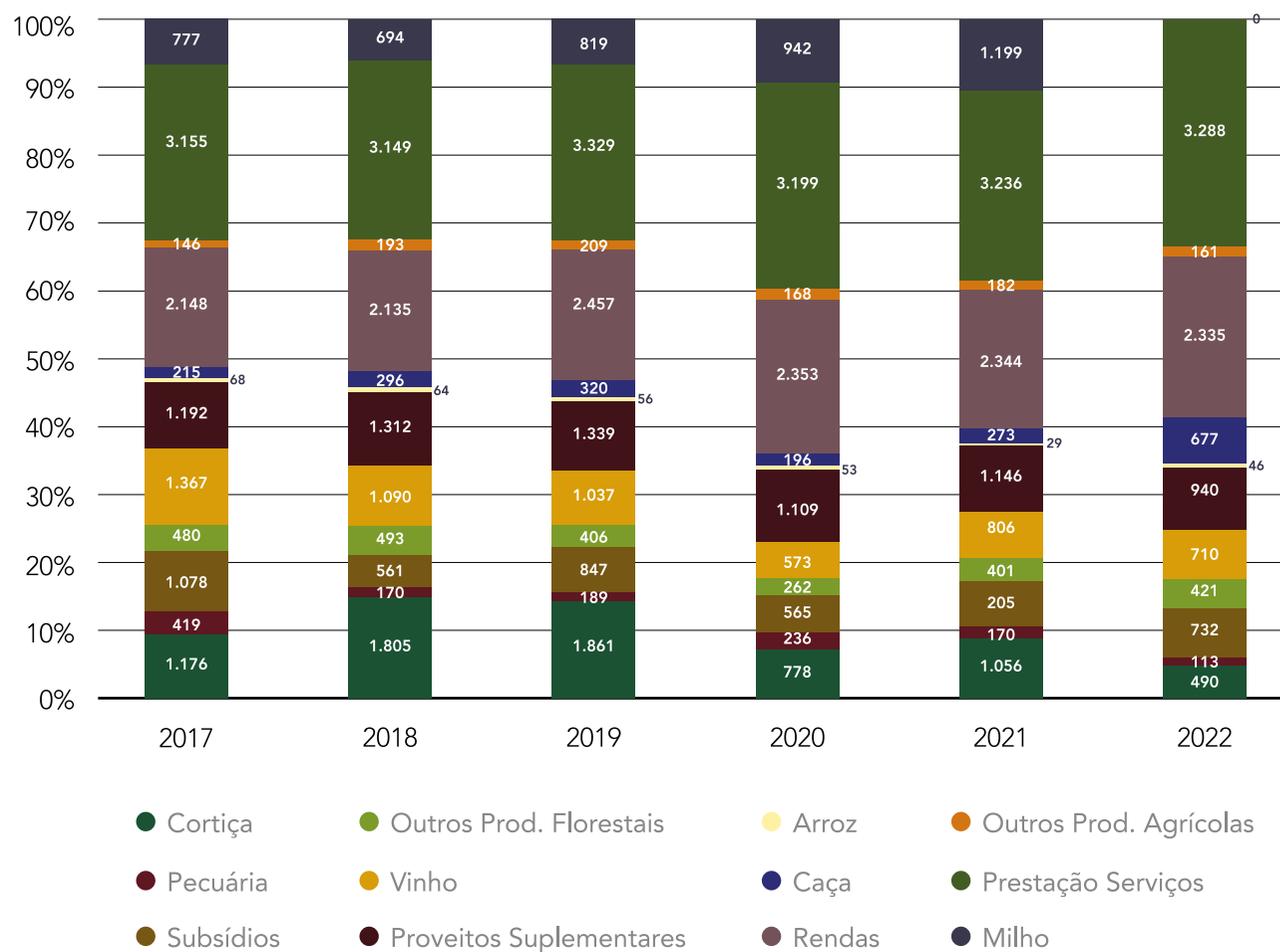
A estrutura de rendimentos da CL em 2022 está representada no gráfico seguinte, sendo de salientar que as três maiores rubricas representam 82% do total dos seus rendimentos: vendas e serviços prestados (29%), rendas e outros (29%) e aumentos por justo valor (24%).





O gráfico seguinte ilustra a evolução dos proveitos operacionais, bem como das rendas e dos subsídios: evidenciando a evolução das vendas dos principais produtos da CL,

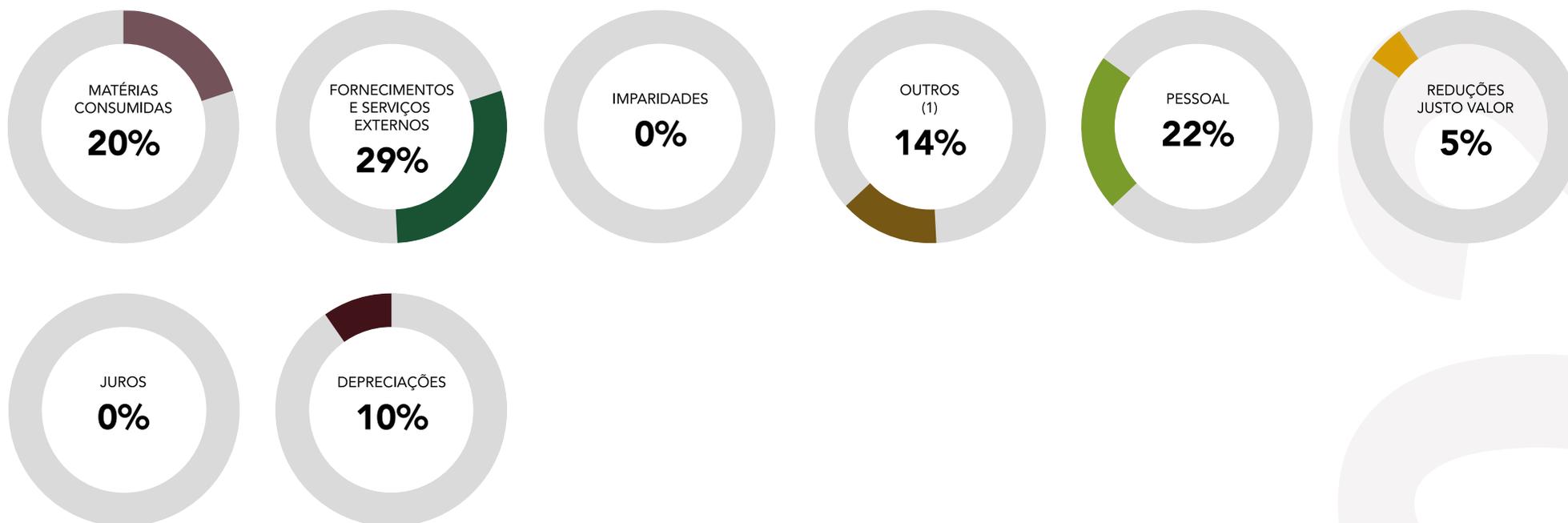
### EVOLUÇÃO DAS VENDAS POR PRODUTOS + OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS (mil €)



O gráfico abaixo ilustra a estrutura de gastos da empresa. De salientar que quatro rubricas representam cerca de 85% do total de gastos:

fornecimento e serviços externos (29%), pessoal (22%) matérias consumidas (20%), e outros (14%).

### ESTRUTURA DOS GASTOS



Face aos valores registados no exercício anterior, o valor despendido com os custos das matérias consumidas foi inferior em 11,9%, registando um total de 2.251 mil euros. Destacam-se os seguintes aspetos:

- Menor dispêndio em fatores de produção na condução das culturas, cerca de -57,0%;
- A alimentação animal registou um gasto superior em cerca de 318 mil euros, devido, por um lado, ao aumento significativo dos preços

das rações e fenos e, por outro, pela falta de alimento espontâneo no campo, que originou a um maior consumo;

- A produção e vendas de azeite e vinho, originaram um menor volume de custos em cerca de 298 mil euros, resultado de menores vendas e de quebra de produção de vinho a granel;
- O consumo de combustíveis registou um gasto superior em 68 mil euros, em consequência essencialmente do aumento de preços em 2022.

Os gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos”, que totalizaram 3.291 mil euros, sofreram uma quebra de 7,79%. O decréscimo de gastos resulta essencialmente do efeito das decisões relacionadas com as culturas do milho e do arroz, designadamente menores custos com subcontratos e consumo de energia, bem como da menor extração de cortiça.

De sublinhar o aumento de gastos, cerca de 90 mil euros, com encargos com a Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, relacionados com as alterações climáticas.

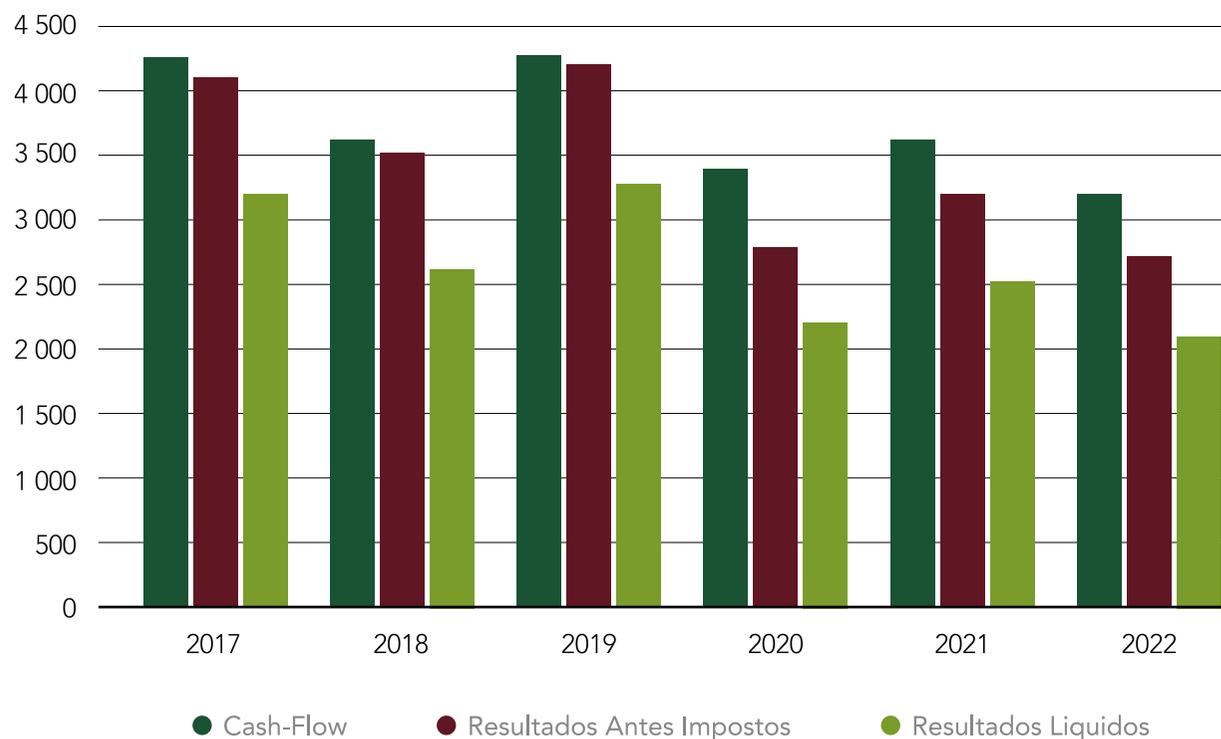
Quanto aos “Gastos com o Pessoal”, registaram um aumento de 51 mil euros, cerca de 2,1%. Este efeito é influenciado em cerca de 18 mil euros decorrente

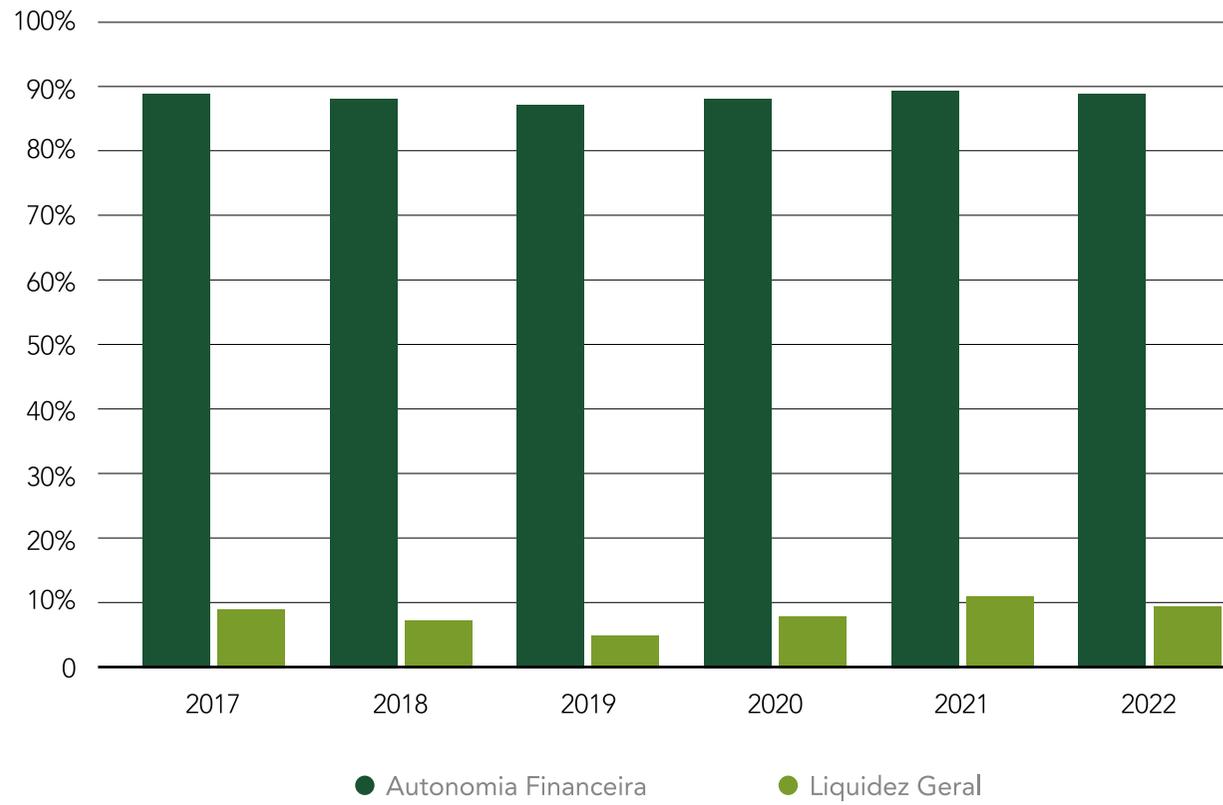
da nomeação de um Conselho Fiscal no 2.º semestre de 2021 e restante essencialmente decorrente da atualização das remunerações do pessoal.

Em suma, os resultados antes de impostos (2.806 mil euros) tiveram uma quebra de cerca de 15,4% em relação ao valor do exercício anterior (3.316 mil euros), muito por influência da redução de produção e quebra de vendas, conforme exposto anteriormente.

Os gráficos seguintes sintetizam a evolução de alguns indicadores de situação económica e financeira da CL, traduzindo a boa saúde da Companhia das Lezírias nesta vertente.

#### INDICADORES DE NATUREZA ECONÓMICA

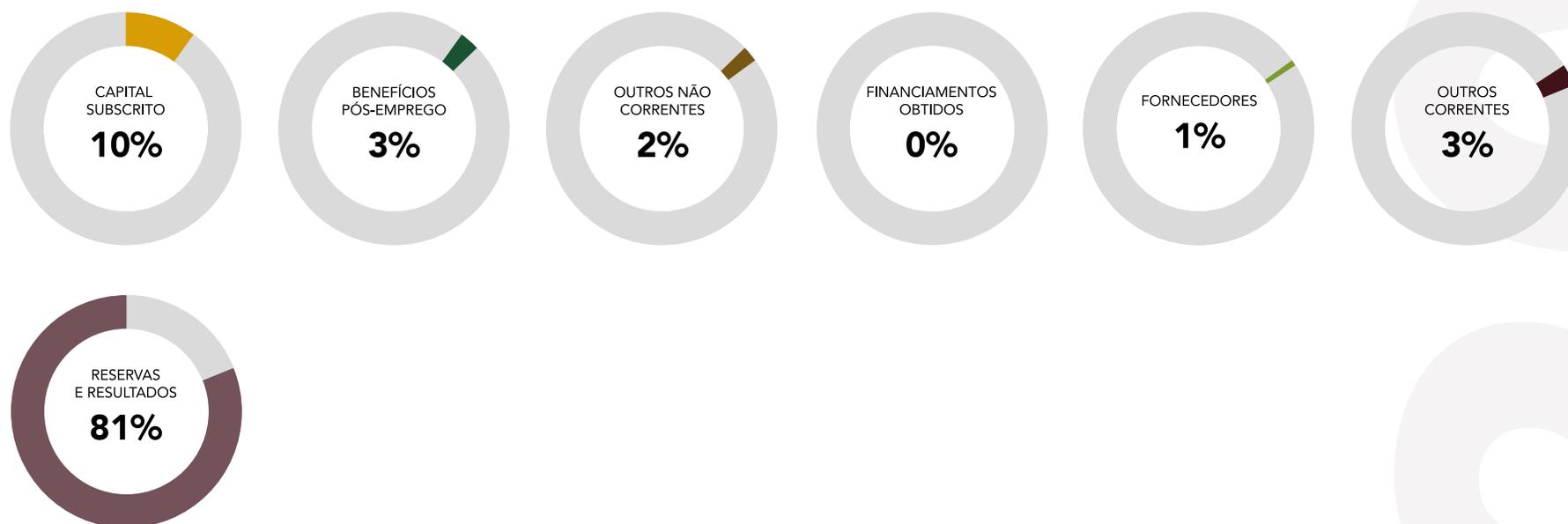




## ESTRUTURA DO ACTIVO



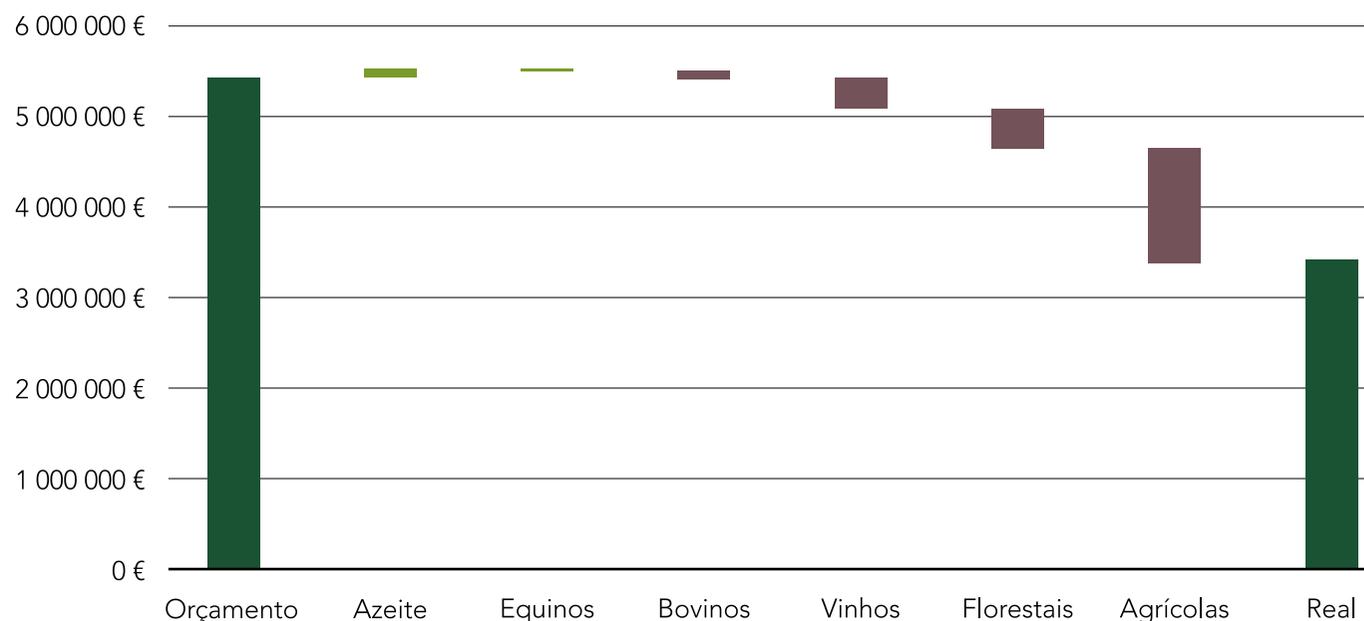
## ESTRUTURA DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO



## 5.2. CONTROLO ORÇAMENTAL

O resultado líquido alcançado em 2022 ficou abaixo do orçamentado/previsto em 821 mil euros, ou seja, inferior em 26,9%.

As vendas globais registadas foram inferiores às estimativas em 1.858 mil euros, ou seja, menos 31,0% do que o previsto.



A área de produção agrícola registou vendas inferiores ao orçamentado em 63,1%, ou seja, -1.253 mil euros. No âmbito da produção agrícola (barra vermelha "Agrícolas" do gráfico supra), a produção de arroz registou um total de vendas superiores ao previsto de 40 mil euros, resultado de um aumento do preço. Relativamente à cultura de milho, durante o ano de 2022, não se realizou, pelas razões anteriormente expostas.

Na área oleícola foi previsto realizar 180 mil euros em vendas de azeitona, registando-se apenas 115 mil euros. Obteve-se uma produção de 235 toneladas, 246 toneladas abaixo do previsto (-51,2%). As vendas de azeite embalado (incluído na barra verde "Azeite" do gráfico acima) ficaram 41 mil euros abaixo do previsto (-22,2%). A quebra de vendas nesta área de atividade, foi atenuada pela venda de azeite a granel, não orçamentada, num total de 160 mil euros.

No segmento dos vinhos verificou-se um desvio desfavorável de -26,0%, no valor de 331 mil euros (barra vermelha “Vinhos” do gráfico). As vendas de vinho engarrafado ficaram abaixo do estimado em 131 mil euros, -16,5%, devido a um menor volume de vendas. A quebra foi atenuada resultado do crescimento do preço médio por litro em +16,9%.

As vendas de vinho em bag-in-box ficaram abaixo das estimativas, menos 127 mil euros (-34,2%). Este desvio foi influenciado pelo menor número de unidades vendidas.

Os produtos florestais registaram vendas inferiores ao orçamentado no montante de 463 mil euros (-43,5%) essencialmente como consequência das condições meteorológicas adversas, seca prolongada e calor extremo, que tiveram como consequência a paragem do processo de extração de cortiça. O preço da cortiça amadia situou-se 37,5% acima do orçamentado, o que atenuou o efeito antes referido. A cortiça que ficou nas árvores vai ser extraída no próximo ano.

As vendas de bovinos de carne, registaram valores abaixo do orçamento, num total de 95 mil euros (-22,2%), com menos 37 cabeças vendidas.

Relativamente aos equinos da Coudelaria da Companhia das Lezírias, foram vendidos 6 animais e o valor total de vendas ficou 20,5% acima da previsão de 86 mil euros. Os equinos da Coudelaria de Alter ficaram mil euros abaixo do previsto (-0,6%), tendo sido vendidos 34 animais.

Os serviços prestados, foram superiores ao orçamentado em 130 mil euros, mais 49,6%. A este valor acresceram 331 mil euros do contrato de multiplicação de girassol, não previsto, resultando numa variação total de +176,0%.

Os “Subsídios à Exploração” ficaram acima da estimativa em 199 mil

euros (+9,3%).

Os “Aumentos/reduções de justo valor” ficaram abaixo do estimado em 852 mil euros, menos 23,6%, em especial por influência da não realização da cultura do milho e do menor volume de quantidade de cortiça extraída, a que acresceu a menor produção de uva e de azeitona.

O valor registado em “Outros rendimentos” ficaram abaixo do estimado em 815 mil euros (-17,3%), influenciado por não se ter concretizado a transmissão de um imóvel.

O “Custo das matérias consumidas” apresentou um valor inferior ao orçamentado em 503 mil euros (-18,3%). De relevar que se registaram gastos inferiores ao previsto com a aquisição de fatores de produção para a agricultura em cerca de 604 mil euros (-65,7%), superiores em alimentação para os animais em cerca de 366 mil euros (+73,6%) e inferiores ao estimado com matérias para a área vitivinícola e oleícola de 269 mil euros (-27,8%). O gasto no consumo de combustíveis foi afetado negativamente em consequência do aumento de preços, resultando num custo superior em 43 mil euros (+23,8%).

Os gastos com “Fornecimentos e serviços externos” ficaram abaixo do orçamentado (-295 mil euros, correspondendo a -8,2%). Em “subcontratos”, pelas operações não realizadas, conforme antes assinalado, registou-se um gasto inferior ao estimado de -396 mil euros (-32,5%). Em linha com o comentário anterior, com “energia” despendeu-se menos -120 mil euros (-37,2%). Com “serviços especializados”, muito por influência de maiores gastos em “conservação e reparação”, o gasto foi superior ao estimado em +239 mil euros (+20,7%). Consequência do aumento de gastos relacionados com as alterações climáticas, foi necessário suportar um custo

adicional de cerca de 90 mil euros com os encargos relacionado com a Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

Quanto aos “Gastos com o Pessoal”, o orçamento previa um total 2.729

mil euros, tendo-se verificado uma execução de 2.441 mil euros. Sinaliza-se que no orçamento foram previstos 94 trabalhadores, chegando-se ao final do ano com 86 efetivos.



# 06. DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

## 6.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

### 6.1.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

A contratualização dos objetivos de gestão encontra-se pendente.

### 6.1.2. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

A apreciação à execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) foi apresentada no ponto 5.2 do capítulo 5 do presente relatório.

Conforme se pode verificar no ponto 6.13 foram, na sua essência, cumpridos todos os princípios financeiros de referência, de acordo com o definido nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão - 2022”. Nas situações em que se registaram desvios, a justificação foi plasmada no referido ponto.

INDICADORES	PAO 2022	EXECUTADO 2022	DESVIO (+/-)	OBSERVAÇÕES/MEDIDAS
Resultado Líquido	3 051 718	2 230 954	-820 764	
EBITDA	4 937 894	3 906 145	-1 031 749	
Resultado Operacional (EBIT)	3 810 838	2 815 061	-995 777	
Volume de Negócios (1)	9 214 819	7 415 145	-1 799 674	
Endividamento	0	0	0	
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	0	0	0	

### 6.1.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS

Quanto aos investimentos e ao nível de endividamento, os primeiros foram executados dentro do previsto no PAO 2022 e, quer para o seu financiamento, quer para o financiamento da atividade corrente, a

Companhia das Lezírias continua sem qualquer necessidade de recorrer a capitais alheios.

**INVESTIMENTOS PAO 2022**

PLANO DE INVESTIMENTOS	SITUAÇÃO	EXECUTADO ATÉ 31/12/2021	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO PAO	DESVIO PAO €	DESVIO PAO %	EXECUÇÃO EXTRA PAO E TRANSITADOS	TOTAL EXECUTADO	APOIOS
DESCRIÇÃO	(EAPCN)	175 533	2 244 539	944 424	-1 300 115	-57,9%	143 686	1 263 643	109 192
Execução Nitreira - Cavalaria 2 e 3	Concluído	675			0		0	675	
Projeto Valorizar (Aviso 2)	Concluído	0			0		20 563	20 563	12 998
Software - Atualização do ERP	Em curso	7 980			0		0	7 980	
Vedações	Concluído	50 991			0		142	51 133	
Fundo Ambiental - Exóticas	Concluído	41 524			0		32 636	74 160	67 923
Pintura interior do Pateo D.João VI	Concluído	54 714			0		1 759	56 472	
Aramação - Vinha Cicinato	Concluído	7 308			0		0	7 308	
Substituição da fita de rega do olival	Concluído	12 342			0		250	12 592	3 733
Quadro Inteligente de rega	Concluído		4 400	4 400	0	0,0%		4 400	
Reconversão ETAR	Projectado		140 000		-140 000	-100,0%		0	
Aquisição de barricas carvalho	Concluído		23 000	16 446	-6 554	-28,5%		16 446	
Manutenção do edifício da Adega	Projectado		12 000		-12 000	-100,0%		0	
Espaços verdes e adaptação de edifícios para Enoturismo	Em curso		70 000	5 000	-65 000	-92,9%		5 000	
Substituição da fita de rega do olival	Projectado		10 000		-10 000	-100,0%		0	
Revestimento do piso da adega com EPOXI	Em curso		10 000	12 117	2 117	21,2%		12 117	
Plataformas para cubas de inox exteriores	Projectado		6 500		-6 500	-100,0%		0	
Aquisição de maquinaria de mobilização para gestão da erva	Concluído		20 000	27 000	7 000	35,0%		27 000	
Sistema de informação e gestão da adega	Projectado		10 000		-10 000	-100,0%		0	
Upgrade do sistema de geração de energia solar da adega	Projectado		5 000		-5 000	-100,0%		0	

INVESTIMENTOS PAO 2022

PLANO DE INVESTIMENTOS	SITUAÇÃO	EXECUTADO ATÉ 31/12/2021	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO PAO	DESVIO PAO €	DESVIO PAO %	EXECUÇÃO EXTRA PAO E TRANSITADOS	TOTAL EXECUTADO	APOIOS
DESCRIÇÃO	(EAPCN)	175 533	2 244 539	944 424	-1 300 115	-57,9%	143 686	1 263 643	109 192
Projeto de renovação de 4 hectares de vinha (plantado 7 ha)	Em curso				0		6 044	6 044	
Sistema fotovoltaico Cachopas/Charneca (abeberamento)	Projectado		13 000		-13 000	-100,0%		0	
Trator c/carregador frontal	Concluído		65 000	77 043	12 043	18,5%		77 043	
Reabilitação da cocheira, habitação e anexos Barracão dos Porcos - Lezíria	Em curso		10 000	16 038	6 038	60,4%		16 038	
Reprodutores	Concluído		5 000	3 500	-1 500	-30,0%		3 500	
Vedações (Pecuária)	Concluído		12 000	4 210	-7 791	-64,9%		4 210	
Reparação extraordinária d e manga de maneio	Em curso		30 000	16 284	-13 716	-45,7%		16 284	
Prado Plurianual na Lezíria (141 ha)	Concluído		34 215	42 523	8 308	24,3%		42 523	
Protetores metálicos para sobreiros	Concluído		38 280	34 623	-3 657	-9,6%		34 623	13 000
Sistema Fotovoltaico do Bexiga	Concluído		2 893	3 526	633	21,9%		3 526	
Beneficiação da Nitreira na Cavaliçã 1	Em curso		15 000	3 292	-11 708	-78,1%		3 292	
Execução de Nitreira na Cavaliçã 2 (Em curso)	Projectado		30 000		-30 000	-100,0%		0	
Pintura e beneficiações no Restaurante	Projectado		7 500		-7 500	-100,0%		0	
Vedações (incluindo Paúl das Lavouras)	Projectado		8 000		-8 000	-100,0%		0	
Renovação dos pisos de provas	Em curso		70 000	121 622	51 622	73,7%		121 622	
Aquisição de bebedouros para o campo (incluindo Paúl das Lavouras)	Projectado		1 500		-1 500	-100,0%		0	
Substituição de manga e curral do centro de reprodução	Projectado		5 000		-5 000	-100,0%		0	

INVESTIMENTOS PAO 2022

PLANO DE INVESTIMENTOS	SITUAÇÃO	EXECUTADO ATÉ 31/12/2021	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO PAO	DESVIO PAO €	DESVIO PAO %	EXECUÇÃO EXTRA PAO E TRANSITADOS	TOTAL EXECUTADO	APOIOS
DESCRIÇÃO	(EAPCN)	175 533	2 244 539	944 424	-1 300 115	-57,9%	143 686	1 263 643	109 192
Reparação das cercas em madeira envolventes às pistas e campos de provas	Em curso		12 000	1 921	-10 079	-84,0%		1 921	
Aquisição de carriere PVC para realização de provas de ensino	Projectado		10 000		-10 000	-100,0%		0	
Aquisição de estruturas de apoio ao maneio no Paúl das Lavouras (abrigos)	Projectado		9 000		-9 000	-100,0%		0	
Aldeamento turístico	Em curso		80 240	23 828	-56 412	-70,3%		23 828	
Recuperação do Arneiro Pereiro	Projectado		69 200		-69 200	-100,0%		0	
Carro elétrico	Projectado		21 000		-21 000	-100,0%		0	
Substituição de viaturas	Projectado		120 000		-120 000	-100,0%		0	
Sistema fotovoltaico Serviços Técnicos	Projectado		28 000		-28 000	-100,0%		0	
Sistema fotovoltaico Administração	Projectado		8 500		-8 500	-100,0%		0	
Sistema fotovoltaico Escritórios	Projectado		26 000		-26 000	-100,0%		0	
Sistema fotovoltaico Braço de Prata	Projectado		70 000		-70 000	-100,0%		0	
Sistema fotovoltaico Coudelaria de Alter	Projectado		150 000		-150 000	-100,0%		0	
Aquisição de 40 cancelas	Concluído		1 500	1 360	-140	-9,3%		1 360	
Substituição da teia do picadeiro do Pátio D. João VI	Projectado		2 000		-2 000	-100,0%		0	
Construção de telheiro no paddock em frente ao Pátio D. João VI	Projectado		2 500		-2 500	-100,0%		0	
Recuperação das portas das boxes do Pátio D. João VI	Projectado		4 000		-4 000	-100,0%		0	
Renovação de muros caídos que limitam a Tapada do Arneiro para o exterior	Concluído		8 000	9 261	1 261	15,8%		9 261	

INVESTIMENTOS PAO 2022

PLANO DE INVESTIMENTOS	SITUAÇÃO	EXECUTADO ATÉ 31/12/2021	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO PAO	DESVIO PAO €	DESVIO PAO %	EXECUÇÃO EXTRA PAO E TRANSITADOS	TOTAL EXECUTADO	APOIOS
DESCRIÇÃO	(EAPCN)	175 533	2 244 539	944 424	-1 300 115	-57,9%	143 686	1 263 643	109 192
Construção de bases para boxes desmontáveis nas tra-seiras da unidade clínica e respetiva instalação elétrica	Projectado		20 000		-20 000	-100,0%		0	
Construção de sistema de transporte e aproveitamento de águas para os pisos	Projectado		20 000		-20 000	-100,0%		0	
Construção de novo furo	Projectado		12 000		-12 000	-100,0%		0	
Recuperação da casa de habitação junto à portaria	Projectado		5 000		-5 000	-100,0%		0	
Recuperação/manutenção das instalações afetas ao turismo	Projectado		6 000		-6 000	-100,0%		0	
Aquisição de trator c  carregador frontal	Concluido		80 000	64 630	-15 370	-19,2%		64 630	
Aquisição de carro de transporte de feno/palha	Projectado		1 200		-1 200	-100,0%		0	
Aquisição de 6 comedouros ripado para feno em ferro galvanizado	Concluido		3 600	2 800	-800	-22,2%		2 800	
Renovação instalações produtivas Coudelaria Alter	Projectado		3 000		-3 000	-100,0%		0	
Reconversão e pavimentação da nitreira	Projectado		30 000		-30 000	-100,0%		0	
Instalação de portão de fole no interior do hangar, na área que dá para o cais, para isolamento das rações	Concluido		6 000	4 135	-1 865	-31,1%		4 135	
Recuperação da cobertura do picadeiro da tenda	Projectado		10 000		-10 000	-100,0%		0	
Alienação dos camiões de cavalos AR e CL e aquisição de carro mais versátil e pequeno	Concluido				0		68 000	68 000	
Recuperação de várias vigas que sustentam as tribunas e o telhado do picadeiro Gomes da Silva	Projectado		7 500		-7 500	-100,0%		0	

INVESTIMENTOS PAO 2022

PLANO DE INVESTIMENTOS	SITUAÇÃO	EXECUTADO ATÉ 31/12/2021	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO PAO	DESVIO PAO €	DESVIO PAO %	EXECUÇÃO EXTRA PAO E TRANSITADOS	TOTAL EXECUTADO	APOIOS
DESCRIÇÃO	(EAPCN)	175 533	2 244 539	944 424	-1 300 115	-57,9%	143 686	1 263 643	109 192
Colocação de <i>outdoors</i> publicitários juntos às pistas	Concluído		8 000	8 000	0	0,0%		8 000	
Aquisição e instalação de grades divisórias no potril grande	Concluído		4 000	3 360	-640	-16,0%		3 360	
Intervenção no imóvel sito na Rua do Povo Livre n.º 02	Em curso		34 350	2 583	-31 767	-92,5%		2 583	
Intervenção no imóvel sito na Rua do Povo Livre n.º 02B e 02C	Projectado		193 300		-193 300	-100,0%		0	
Intervenção no imóvel sito na Rua do Povo Livre n.º 04	Concluído				0		14 293	14 293	
Intervenção num conjunto de edificado em Catapereiro	Projectado		4 820		-4 820	-100,0%		0	
Casa da Ermida (Gigantes)	Projectado		7 500		-7 500	-100,0%		0	
Outras intervenções em edificado	Projectado		40 000		-40 000	-100,0%		0	
Computadores e outros equipamentos eletrónicos	Concluído		50 000	37 000	-13 000	-26,0%		37 000	
Software - Controlo electrónico de presenças e <i>Self-Service</i>	Projectado		15 000		-15 000	-100,0%		0	
Outros investimentos residuais e não especificados	Concluído		10 000	240 772	230 772	2307,7%		240 772	11 538
Bovinos de Produção (criados na CL)	Concluído		381 041	157 150	-223 891	-58,8%		157 150	
Equinos de Produção (criados na CL)	Concluído		12 000	0	-12 000	-100,0%		0	

## 6.2.GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

ANOS	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	0	5	30	56	82
Taxa Média de Financiamento (%)	--	--	--	--	--

## 6.3.LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Nos termos definidos n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Lei do Orçamento do Estado para 2022), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO 2022):

PASSIVO REMUNERADO	2022	2021	VARIÇÃO 2022/2021	
	VALORES (€)		VALOR	%
Financiamentos remunerado (Corrente e Não Corrente)	0	0	0	--
Capital Social/Capital Estatutário				
Novos Investimentos no ano t (com expressão material)				
<b>Varição do Endividamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>--</b>

## 6.4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009,

de 13 de abril e definições do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o Prazo Médio de Pagamentos da CL regista a seguinte evolução:

PMP	2022	2021	VARIÇÃO 2022/2021	
			VALOR	%
Prazo (dias)	22	24	-2	-8%

A política de pagamentos da CL rege-se pelas seguintes duas regras base: são efetuados regularmente pagamentos duas vezes por mês,

onde são incluídas todas as faturas vencidas nessas datas; é otimizada a obtenção de descontos de pronto pagamento disponíveis.

DÍVIDAS VENCIDAS	VALOR (€)	VALOR DAS DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1.º DO DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 DIAS	90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS
Aquisição de Bens e Serviços	--	--	--	--	--
Aquisição de Bens de Capital	--	--	--	--	--
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 6.5. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2021

Na ata da Assembleia Geral, para apreciação do Relatório e Contas de 2021, realizada no dia 31 de março de 2022, o acionista não emitiu quaisquer recomendações de âmbito legal.

## 6.6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

Durante o ano 2022 foram aplicadas as reduções remuneratórias em vigor, aplicáveis aos gestores públicos, previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

### 6.6.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€)	VALOR BRUTO AUFERIDO (€)	ENCARGOS PATRONAIS	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO	CUSTO TOTAL
2021 - 2023	Presidente	João Chaveiro Libório	500,00	500,00	101,50	12,48	613,98
2021 - 2023	Secretário	Pedro Azevedo Canteiro	350,00	350,00	71,05	8,74	429,79
			<b>850,00</b>	<b>850,00</b>	<b>172,55</b>	<b>21,22</b>	<b>1 043,77</b>

### 6.6.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Prémios de gestão** - Aos membros do Conselho de Administração não foram definidos nem atribuídos quaisquer prémios de gestão, ou pagas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros.

**Indemnizações pagas ou devidas** - Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos.

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		OPRLO (1)	Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE
			FORMA	DATA	SIM/NÃO	
2021 - 2023	Presidente	António Sousa	Assembleia Geral	17/06/21	Não	2
2021 - 2023	Vogal	Georgete Félix	Assembleia Geral	17/06/21	Não	2
2021 - 2023	Vogal	Isabel Vinagre	Assembleia Geral	17/06/21	Não	2

(1) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES		
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME
António Sousa	Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Presidente da Direcção	Privado
António Sousa	Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.	Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração	Privado
António Sousa	Universidade de Évora	Docente (1)	Publico
Isabel Vinagre	Associação de Criadores de Bovinos da Raça Preta	Presidente da Direcção	Privado
Georgete Félix	Tapada Nacional de Mafra	Vogal do Conselho Fiscal (2)	Publico

(1) Despacho de 27-02-2019, SET/SEAA

(2) Despacho conjunto de 19-12-2019 da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministro do Ambiente e da Acção Climática e Ministra da Agricultura, apresentada à AG da TNM.

**Acumulação de Funções** - Nas entidades em que são exercidas funções em regime de acumulação com o cargo de administrador da Companhia da Lezírias, conforme divulgado no Relatório de Governo Societário, não

são auferidas quaisquer quantias, com exceção da função de docente universitário (autorizado ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º do Estatuto do Gestor Público).

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO				
	FIXADO [S/N]	CLASSIFICAÇÃO [A/B/C]	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€) (1)		
			VENCIMENTO	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	DATA
António Sousa	Sim	C	4 633,26	1 853,30	17/06/21
Georgete Félix	Sim	C	3 706,61	1 482,64	17/06/21
Isabel Vinagre	Sim	C	3 706,61	1 482,64	17/06/21

(1) Atualizados, Decreto-Lei n.º 109-A/2021, Despacho 1268-SET/2021

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL 2022 (€)				
	FIXA (1)	VARIÁVEL (2)	VALOR BRUTO (3)=(1)+(2)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS LEI 12-A/2010 (4)	VALOR BRUTO FINAL (5)=(3)-(4)
António Sousa	87 105,24	n.a.	87 105,24	4 355,28	82 749,96
Georgete Félix	69 684,22	n.a.	69 684,22	3 484,18	66 200,04
Isabel Vinagre	69 684,22	n.a.	69 684,22	3 484,18	66 200,04
<b>Total</b>	<b>226 473,68</b>	<b>n.a.</b>	<b>226 473,68</b>	<b>11 323,64</b>	<b>215 150,04</b>

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)						
	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTECÇÃO SOCIAL		ENCARGO ANUAL SEGURO DE SAÚDE	ENCARGO ANUAL SEGURO DE VIDA	OUTROS
	VALOR/DIA	MONTANTE PAGO ANO	IDENTIFICAR	ENCARGO ANUAL			IDENTIFICAR VALOR
António Sousa	6,91	1 575,48	CGA	19 653,12	n.a.	n.a.	(a) 325,00
Georgete Félix	6,91	1 458,01	CGA	15 722,44	n.a.	n.a.	(a) 125,00
Isabel Vinagre	6,91	1 464,92	CGA	15 722,44	n.a.	n.a.	(a) 125,00
<b>Total</b>		<b>4 498,41</b>		<b>51 098,00</b>	<b>n.a.</b>	<b>n.a.</b>	<b>575,00</b>

(a) Subsídio de Saúde + Subsídio de Estudo dependentes

## ENCARGOS COM VIATURAS

MEMBRO DO CA	VIATURA ATRIBUÍDA	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO	VALOR DE REFERENCIA DA VIATURA (€)	MODALIDADE	ANO INÍCIO	ANO TER-MO (A)	VALOR DA RENDA MENSAL (€) (B)	NOVO VALOR DA RENDA MENSAL (€) (B)	GASTO ANUAL COM RENDAS (€)	N.º PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES
Georgete Félix	Sim	Sim	60 397,39	Renting	2018	2023	501,41	439,85	3 160,25	7
Isabel Vinagre	Sim	Sim	60 397,39	Renting	2018	2023	501,41	481,73	5 912,45	7

(a) Subsídio de Saúde + Subsídio de Estudo dependentes

## GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)

MEMBRO DO CA	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTOS COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS		GASTO TOTAL COM VIAGENS (Σ)
				IDENTIFICAR	VALOR	
Georgete Félix	145,15	81,00	n.a.	n.a.	n.a.	226,15
Isabel Vinagre	110,73	278,00	n.a.	n.a.	n.a.	388,73

## 6.6.3. FISCALIZAÇÃO

## CONSELHO FISCAL

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO (€) (1)	Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE
			FORMA	DATA		
2021 - 2023	Presidente	José Manuel Fusco Gato	Assembleia Geral	17/06/21	1 297,28	1
2021 - 2023	Vogal	Vanda Cristina Dias Marques	Assembleia Geral	17/06/21	972,96	1
2021 - 2023	Vogal/ROC	RSM & Associados, SROC, Lda., ROC n.º 21, representada pelo Joaquim Patrício da Silva, ROC n.º 320	Assembleia Geral	17/06/21	1 459,44	4
2021 - 2023	Suplente/ROC	António José Patrocínio Santos, ROC n.º 840	Assembleia Geral	17/06/21	--	4

(1) Atualizados, Decreto-Lei n.º 109-A/2021, Despacho 1268-SET/2021

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL BRUTA 2021 (€)	ENCARGOS PATRONAIS	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO	CUSTO TOTAL
2021 - 2023	Presidente	José Manuel Fusco Gato	18 161,92	3 686,90	453,32	<b>22 302,14</b>
2021 - 2023	Vogal	Vanda Cristina Dias Marques	13 621,44	2 765,14	340,04	<b>16 726,62</b>
			<b>31 783,36</b>	<b>6 452,04</b>	<b>793,36</b>	<b>39 028,76</b>

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC / ROC			DESIGNAÇÃO			N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SOCIEDADE	PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
		NOME	N.º IN-SCRIÇÃO NA OROC	N.º REGISTO NA CMVM	FORMA	DATA	DATA CONTRATO			
2021 -2023	ROC	RSM & Associados - SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	21 320	"20161380 20160076"	Assembleia Geral	17/06/21	01/03/12	n.a.	11	28/02/12
2021 -2023	ROC Suplente	António José Patrocínio Santos	21 840	"20161380 20160465"	Assembleia Geral	17/06/21	01/03/12	n.a.	6	19/04/17

NOME	VALOR ANUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (€)			VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS (€)
	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3)=(1)-(2)	
RSM & Associados - SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	17 513,28	n.a.	<b>17 513,28</b>	n.a.
António José Patrocínio Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

#### 6.6.4. AUDITOR EXTERNO

A Companhia das Lezírias não tem auditor externo, nem é legal ou estatutariamente obrigada a ter.

## 6.7. ARTIGO 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

### 6.7.1. CARTÕES DE CRÉDITO E OUTROS INSTRUMENTOS DE PAGAMENTO

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não se encontra atribuída a utilização de cartões de crédito ou de qualquer outro instrumento de pagamento, tendo como objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

### 6.7.2. DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO PESSOAL

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não foram reembolsadas quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

### 6.7.3. DESPESAS COM COMUNICAÇÕES

MEMBRO DO CA	GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)		
	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL	OBSERVAÇÕES
António Sousa	80,00	174,59	
Georgete Félix	80,00	184,61	
Isabel Vinagre	80,00	240,95	

### 6.7.3. DESPESAS COM VIATURAS

MEMBRO DO CA	PLAFOND MENSAL COMBUSTÍVEIS E PORTAGENS	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS AS VIATURAS (€)			OBSERVAÇÕES
		COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	TOTAL	
António Sousa	434,93	3 454,45	1 764,71	5 219,16	
Georgete Félix	347,94	1 718,76	558,80	2 277,56	
Isabel Vinagre	347,94	2 671,17	843,35	3 514,52	

## 6.8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS

De acordo com definido no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, a Companhia das Lezírias não efetua despesas que não se encontrem devidamente documentadas.

## 6.9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, determina que é necessário intensificar medidas específicas que possam contrariar a tendência histórica de desigualdade salarial penalizadora para as mulheres, tendo em vista alcançar-se, também neste domínio em particular, uma efetiva igualdade de género.

Na Companhia das Lezírias, de um total de 86 trabalhadores efetivos 29 são mulheres e 57 homens. No que respeita a admissões e fixação da massa salarial existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

No setor agrícola, há uma grande predominância de mão-de-obra masculina, sendo de realçar a percentagem de trabalhadoras femininas (cerca de 34% do total) na empresa.

## 6.10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

A Companhia das Lezírias adotou um plano de ação para prevenir fraudes internas e externas traduzido no regulamento sobre Política de Gestão de Risco e Fraude, que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas. Quer os trabalhadores, quer os clientes e fornecedores podem ter acesso à “Política de Gestão de Risco e Fraude”, atualizada em 08 de abril de 2020, através da hiperligação ao website de <https://www.cl.pt/storage/user/pdf/politica-gestao-risco-fraude.pdf>

Até à data não foram registadas quaisquer ocorrências ou identificados riscos de ocorrência.

A Companhia das Lezírias adotou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) nos termos do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção (RGPC). O plano pretende identificar, relativamente a cada área ou departamento, o tipo de risco inerente à atividade da empresa, indicando as medidas que visam prevenir a materialização dos riscos detetados e identifica os responsáveis envolvidos na gestão do plano traçado. Foi aprovado em 22 de novembro de 2022, podendo ser consultado através da hiperligação ao website de <https://www.cl.pt/storage/pdfs/pprcic-20221122.pdf>

Uma vez que o PPRCIC foi aprovado em 2022, o Relatório anual sobre prevenção da corrupção apenas será produzido a partir de 2023.



## 6.11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

### 6.11.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas atividades, comprovadamente com carácter industrial ou comercial em concorrência de mercado, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação da contratação pública.

### 6.11.2. PROCEDIMENTOS INTERNOS PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objetivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado.

### 6.11.3. CONTRATOS E OUTROS ATOS COM VALOR SUPERIOR A 5M €

A Companhia das Lezírias não realizou quaisquer contratos ou outros atos de valor superior a 5.000.000,00€, sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas (artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas).

## 6.12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas atividades, comprovadamente com carácter industrial ou comercial, e em concorrência de mercado, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação.

## 6.13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

PRC	2022 EXECUÇÃO	2022 ORÇAMENTO	2021 EXECUÇÃO	2020 EXECUÇÃO	2019 EXECUÇÃO	VARIÇÃO 2022/2021		VARIÇÃO 2022/2019	
						ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
<b>(0) EBITDA</b>	<b>3 906 145</b>	<b>4 937 894</b>	<b>4 399 039</b>	<b>3 944 975</b>	<b>5 280 160</b>	<b>-492 894</b>	<b>-11,2</b>	<b>-1 374 015</b>	<b>-26,0</b>
<b>(1) CMVMC</b>	<b>2 251 096</b>	<b>2 753 735</b>	<b>2 556 004</b>	<b>2 398 831</b>	<b>2 785 843</b>	<b>-304 907</b>	<b>-11,9</b>	<b>-534 746</b>	<b>-19,2</b>
<b>(2) FSE</b>	<b>3 291 352</b>	<b>3 586 581</b>	<b>3 569 566</b>	<b>3 268 081</b>	<b>3 727 611</b>	<b>-278 214</b>	<b>-7,8</b>	<b>-436 259</b>	<b>-11,7</b>
<b>(3) Gastos com o pessoal</b>	<b>2 441 118</b>	<b>2 729 230</b>	<b>2 389 988</b>	<b>2 472 768</b>	<b>2 478 165</b>	<b>51 130</b>	<b>2,1</b>	<b>-37 046</b>	<b>-1,5</b>
i. Relativos aos órgãos sociais	316 301	313 797	294 579	273 689	273 587	21 722	7,4	42 714	15,6
ii. Indemnizações pagas por rescisão	63	180	0	144	278	63		-215	-77,5
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	60 000	56 000	26 000	29 100	79 351				
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais	-104 000	0	-105 700	-150 500	-132 000	1 700	-1,6	28 000	-21,2
<b>(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv</b>	<b>2 168 754</b>	<b>2 359 253</b>	<b>2 175 109</b>	<b>2 320 335</b>	<b>2 256 948</b>	<b>-6 354</b>	<b>-0,3</b>	<b>-88 194</b>	<b>-3,9</b>
<b>(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais</b>	<b>-542 000</b>			<b>-237 770</b>					
<b>(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)</b>	<b>8 525 567</b>	<b>9 069 546</b>	<b>8 515 557</b>	<b>8 377 450</b>	<b>8 991 618</b>	<b>10 010</b>	<b>0,1</b>	<b>-466 052</b>	<b>-5,2</b>
<b>(7) Volume de Negócios (VN) (1)</b>	<b>7 415 145</b>	<b>9 214 819</b>	<b>9 112 808</b>	<b>7 940 048</b>	<b>10 202 991</b>	<b>-1 697 664</b>	<b>-18,6</b>	<b>-2 787 846</b>	<b>-27,3</b>
<b>(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais</b>	<b>1 940 000</b>			<b>749 756</b>					
<b>(9) Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)</b>	<b>9 355 145</b>	<b>9 214 819</b>	<b>9 112 808</b>	<b>8 689 804</b>	<b>10 202 991</b>	<b>242 336</b>	<b>2,7</b>	<b>-847 846</b>	<b>-8,3</b>
<b>(10) Peso dos Gastos / VN = (6)/(9)</b>	<b>0,91</b>	<b>0,98</b>	<b>0,93</b>	<b>0,96</b>	<b>0,88</b>	<b>-0,02</b>	<b>-2,5</b>	<b>0,03</b>	<b>3,4</b>
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	33 658	62 040	20 373	19 590	36 853	13 286	65,2	-3 195	-8,7
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	2 646	10 000	5 909	562	9 194	-3 263	-55,2	-6 548	-71,2
(iii) Gastos associados à frota automóvel	377 438	345 000	357 041	331 506	355 575	20 397	5,7	21 863	6,1
(iv) Encargos com contratação de Estudos, pareceres, projectos e consultoria	177 191	194 223	152 366	180 520	140 892	24 825	16,3	36 299	25,8
<b>(11) Total = (i)+(ii)+(iii)+(iv)</b>	<b>590 933</b>	<b>611 263</b>	<b>535 688</b>	<b>532 178</b>	<b>542 514</b>	<b>55 245</b>	<b>10,3</b>	<b>48 419</b>	<b>8,9</b>
<b>Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)</b>	<b>91</b>	<b>99</b>	<b>92</b>	<b>92</b>	<b>96</b>	<b>-1</b>	<b>-1,1</b>	<b>-5</b>	<b>-5,2</b>
<b>N.º Órgão Sociais (OS)</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>2</b>	<b>66,7</b>
<b>N.º Cargos de Direcção (CD)</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
<b>N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)</b>	<b>79</b>	<b>87</b>	<b>80</b>	<b>82</b>	<b>86</b>	<b>-1</b>	<b>-1,3</b>	<b>-7</b>	<b>-8,1</b>
<b>N.º Trabalhadores / Cargos Direcção</b>	<b>11,29</b>	<b>12,43</b>	<b>11,43</b>	<b>11,71</b>	<b>12,29</b>	<b>-0,14</b>	<b>-1,3</b>	<b>-1,00</b>	<b>-8,1</b>
N.º de viaturas	45	45	45	45	45	0	0,0	0	0,0

(1) Vendas + Prestações de Serviços + Rendas

O EBITDA reduziu 11,2% de 2021 para 2022, induzido pelos fatores explicados ao longo deste relatório.

Consideramos que, nunca é demais sinalizar que o nível de alguns custos, por si já diminutos na estrutura de gastos da CL, sofreram impactos relevantes tal como referido no capítulo 5 deste relatório. No entanto, consideramos estarem perfeitamente em linha com a atividade da empresa e encontram-se devidamente enquadrados e justificados.

Sobre a exploração da cortiça e, no sentido de proporcionar um melhor conhecimento técnico do mesmo (que está na base da sua compreensão económica), será importante relembrar que o ciclo de tiragem é de 9 em 9 anos. Como a Companhia das Lezírias tem uma grande área de montado de sobro (cerca de 6700 hectares), tira cortiça todos os anos, estando essa área dividida em 9 "folhas". Acontece, porém, que a dimensão destas folhas é desequilibrada (desde a origem do montado). No entanto, desde há cerca de uma década e meia que a gestão do montado de sobro da CL tem trabalhado num rigoroso processo que tem vindo gradualmente a diminuir o desequilíbrio quantitativo entre as 9 "folhas" do montado. Presentemente as folhas estão muito mais equilibradas, mas o processo ainda demorará alguns anos mais, até atingir o considerado ponto técnico de maior equilíbrio (tendo em conta critérios de localização das árvores, da sua densidade e da sua qualidade).

Os gastos com pessoal foram inferiores ao planeado e superiores executado no ano transato. O desvio face ao orçamento deve-se essencialmente ao facto de as contratações de efetivos não terem acompanhado as saídas ocorridas. A dificuldade em recrutar trabalhadores, devido à localização geográfica de alguns dos postos

de trabalho, às remunerações pouco atrativas e à escassez de mão-de-obra mantém-se um fator transversal às atividades da empresa. O aumento de gastos face ao ano anterior decorre da aplicação da atualização às remunerações praticadas, em linha com as instruções emanadas pela tutela.

Reforçamos que é expectativa da Companhia das Lezírias conseguir, em 2023, recrutar os colaboradores necessários ao desenvolvimento das suas atividades de forma adequada e sustentável, de acordo com as necessidades efetivas que foram aprovadas no Plano de Atividades e Orçamento de 2022 e igualmente previstas no Plano de Atividades e Orçamento 2023. A empresa continua a apresentar resultados positivos e, não obstante o contexto de incerteza e instabilidade internacional e os seus efeitos negativos, mantém as suas atividades a funcionar de forma estável e a prosperar.

Os gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo e com a frota automóvel, apresentaram, aumentos face ao ano 2021, como consequência do levantamento das medidas de confinamento obrigatório e, especialmente, devido ao aumento do custo com os combustíveis.

O valor correspondente a gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria, registou um aumento face ao executado em 2021, mas situou-se abaixo do valor previsto no orçamento aprovado para 2022.

Os impactos nos gastos e nas receitas decorrentes de fatores excecionais, identificados ao longo do presente relatório, revestiram-se de diversas naturezas e tiveram uma extensão transversal às diversas atividades da empresa. Os valores identificados no quadro acima, resultaram de impactos nas seguintes atividades:

MIL €	VARIAÇÃO NOS GASTOS OPERACIONAIS
90	Taxa suplementar suportada com os encargos da ABLGVFX, relacionados com os impactos das alterações climáticas
68	Aumento do preço dos combustíveis
318	Gastos com alimentação animal
-117	Extração de cortiça
-718	Gastos com a cultura do milho
53	Gastos com a cultura do girassol
54	Gastos com a cultura da luzerna
18	Gastos com a cultura de pousio
-9	Gastos com a cultura da azeitona
-304	Gastos com a cultura do arroz
5	Gastos com a cultura do azevém

## 6.14. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES E PROJETOS E CONSULTORIAS

As contratações de estudos, pareceres e projetos e consultorias no âmbito do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, são previamente submetidas à apreciação e aprovação da PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.

MIL €	VARIAÇÃO VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
-728	Vendas de cortiça
-76	Venda de azeitona
-1 199	Venda de milho
331	Prestação de serviços girassol
-268	Venda arroz

## 6.15. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A Companhia das Lezírias cumpre com o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, efetuando todas as suas aplicações junto do IGCP. Foi parcialmente dispensada em situações residuais, cujo comprovativo se encontra carregado no SIRIEF, não auferindo, em consequência, quaisquer rendimentos.

IGCP	1º TRIMESTRE €	2º TRIMESTRE €	3º TRIMESTRE €	4º TRIMESTRE €
Disponibilidades	10 389 547	8 972 165	7 612 928	449 893
Aplicações financeiras	0	0	0	11 000 000
<b>Total</b>	<b>10 389 547</b>	<b>8 972 165</b>	<b>7 612 928</b>	<b>11 449 893</b>

IGCP	1º TRIMESTRE €	2º TRIMESTRE €	3º TRIMESTRE €	4º TRIMESTRE €
Banco Comercial Português	6 822	1 458	6 058	1 086
Caixa Geral de Depósitos	919	987	1 327	1 162
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	729	426	426	307
Aplicações financeiras	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>8 470</b>	<b>2 871</b>	<b>7 811</b>	<b>2 554</b>
<b>Juros auferidos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 6.16. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

A Companhia das Lezírias, nos últimos três anos, não foi objeto de qualquer auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, nem foi objeto de qualquer tipo de recomendação.

## 6.17. ELABORAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE

A Companhia das Lezírias adotou um plano para a igualdade, que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não. O plano foi atualizado e aprovado em 30-11-2021 e divulgado por todos os colaboradores. O plano foi comunicado ao SIOE, de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho. Encontra-se disponível para consulta, através da hiperligação ao website da CL:

<https://www.cl.pt/storage/pdfs/29-11plano-igualdade-cl-2021-versao-aprovada-pelo-ci.pdf>

## 6.18. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A Companhia das Lezírias não se encontra sujeita à elaboração da demonstração não financeira, por não se enquadrar no tipo de entidades abrangidas pela legislação em vigor. No entanto, produz desde 2021, de forma voluntária, o relatório anual de sustentabilidade.



## 6.19. INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	DIVULGAÇÃO		COMENTÁRIOS
	S/N/N.A.	DATA ACTUALIZAÇÃO	
<b>Estatutos</b>	S		
<b>Caracterização da Empresa</b>	S		
<b>Função de tutela e accionista</b>	S		
<b>Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:</b>			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgão Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgão Sociais	S		
<b>Esforço Financeiro Público</b>	N.A.		
<b>Ficha Síntese</b>	S		
<b>Informação Financeira histórica e actual</b>	S		
<b>Princípios de Bom Governo</b>			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transacções	S		
<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios</b>			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
<b>Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo</b>	S		
<b>Código de Ética</b>	S		

## 6.20. SISTEMATIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	CUMPRIMENTO S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
<b>Objectivos de Gestão / Planos de Actividades e Orçamento</b>			
A contratualização dos objetivos de gestão encontra-se em curso	N.A.		Ver ponto 6.1.1
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2022</b>			
Investimento	S		Ver ponto 6.1.2
Nível de Endividamento	S		Ver ponto 6.1.2
<b>Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE</b>			
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>			
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	S	0,0%	Ver ponto 6.3
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	S	-2	Ver ponto 6.4
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>			
<b>Recomendações do accionista na última aprovação de contas</b>	S	Não há atrasos	Ver ponto 6.4
<b>Recomendações do accionista na última aprovação de contas</b>			
O acionista não emitiu quaisquer recomendações de âmbito legal.	N.A.		Ver ponto 6.5
<b>Reserva emitida na última CLC</b>			
Não foi emitida qualquer reserva na última CLC.	N.A.		
<b>Remunerações/Honorários</b>			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Ver ponto 6.6.2
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022	S	11 324 €	Ver ponto 6.6.2
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2022	N.A.		Ver ponto 6.6.3
Auditor Externo - redução e reversão remuneratórias vigentes em 2022	N.A.		Ver ponto 6.6.4
<b>EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S		Ver ponto 6.7.1
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ver ponto 6.7.2
Valor máximo das despesas associadas comunicações	S		Ver ponto 6.7.3
Valor máximo de combustível e portagens afecto mensalmente às viaturas de serviço	S		Ver ponto 6.7.4

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	CUMPRIMENTO S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP</b>			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ver ponto 6.8
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Ver ponto 6.9
<b>Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção Ver ponto 6.10</b>			
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N.A.		Ver ponto 6.11.1
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Ver ponto 6.11.3
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>			
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>			
<b>Contratação de estudos, pareceres e projectos e consultorias (artigo 50.º do DLEO 2022)</b>			
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99,98%	Ver ponto 6.15
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	2 554 €	Ver ponto 6.15
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregue em receita do Estado	N.A.		Ver ponto 6.15
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			
<b>Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o artigo 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto</b>			
<b>Apresentação da demonstração não financeira</b>			
	N.A.		Ver ponto 6.18

## 6.21. GRELHA DE AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO		IDENTIFICAÇÃO		DIVULGAÇÃO		PÁGINA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
<b>I.</b>	<b>Sumário Executivo</b>						
1.	Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2019	x		x		3	
2.	CAPÍTULO II do RJSPE - Práticas de bom governo	x		x		4	
<b>II.</b>	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	x		x		5	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	x		x		6	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	x		x		6	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	x		x		7	
<b>III.</b>	<b>Estrutura de Capital</b>						
1.	Estrutura de capital	x		x		10	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	x		x		10	
3.	Acordos parassociais	x		x		10	
<b>IV.</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis	x		x		11	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	x		x		11	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	x		x		11	
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	x		x		11	
<b>V.</b>	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>						
A.	Modelo de Governo	x		x		12	
<b>B.</b>	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>						

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO		IDENTIFICAÇÃO		DIVULGAÇÃO		PÁGINA	OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração	x		x		12	
2.	Identificação das deliberações acionistas	x		x		12	
<b>C. Administração e Supervisão</b>							
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	x		x		12	
2.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos	x		x		13	
3.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS	x		x		13	
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do CA	x		x		13	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	x		x		13	
6.	Evidência da apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	x		x		15	
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do CA com acionistas	x		x		16	
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	x		x		16	
9.	Funcionamento do Conselho de Administração Executivo	x		x		17	
<b>D. Fiscalização</b>							
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes	x		x		18	
2.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal	x		x		18	
3.	Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	x		x		21	
4.	Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	x		x		21	
5.	Número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros do Conselho Fiscal	x		x		21	
6.	Composição do Conselho Fiscal	x		x		21	
7.	Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal	x		x		22	
<b>E. Revisor Oficial de Contas</b>							
1.	Identificação da SROC e ROC	x		x		23	
2.	Indicação das limitações legais	x		x		23	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo	x		x		24	
4.	Descrição de outros serviços prestados pela SROC e/ou ROC à sociedade	x		x		24	
5.	Elementos curriculares de cada um dos revisores	x		x		24	

	IDENTIFICAÇÃO		DIVULGAÇÃO		PÁGINA	OBSERVAÇÕES
	SIM	NÃO	SIM	NÃO		
<b>F. Conselho Consultivo</b>						
1.	Identificação	x		x	25	
<b>G. Auditor Externo</b>						
1.	Identificação	x		x	25	
2.	Política e periodicidade da rotação		x		x	--
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados		x		x	--
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga		x		x	--
<b>VI. Organização Interna</b>						
<b>A. Estatutos e Comunicações</b>						
1.	Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	x		x	26	
2.	Comunicação de irregularidades	x		x	26	
3.	Indicação das políticas antifraude	x		x	26	
<b>B. Controlo interno e gestão de riscos</b>						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	x		x	27	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI	x		x	27	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco	x		x	28	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	x		x	28	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	x		x	28	
6.	Identificação dos principais tipos de riscos	x		x	28	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	x		x	29	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade	x		x	30	
<b>C. Regulamentos e Códigos</b>						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos	x		x	30	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética	x		x	30	
3.	Referência à existência de planos de acção para prevenir fraudes	x		x	31	
<b>D. Deveres especiais de informação</b>						
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita	x		x	31	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita	x		x	33	
3.	Hiperligações para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS	x		x	33	

	IDENTIFICAÇÃO		DIVULGAÇÃO		PÁGINA	OBSERVAÇÕES
	SIM	NÃO	SIM	NÃO		
<b>E. Sítio de Internet</b>						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada	x		x	32	
<b>F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral</b>						
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	x		x	34	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável	x		x	35	
<b>VII. Remunerações</b>						
<b>A. Competência para a determinação</b>						
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração	x		x	36	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade	x		x	36	
3.	Evidência da apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x		x	36	
<b>B. Comissão de Fixação de Remunerações.</b>						
	Composição	x		x	36	
<b>C. Estrutura das Remunerações</b>						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	x		x	36	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	x		x	37	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	x		x	37	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	x		x	37	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	x		x	37	
6.	Regimes complementares de pensões	x		x	37	
<b>D. Divulgação das Remunerações</b>						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	x		x	38	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo	x		x	38	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	x		x	38	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	x		x	38	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade	x		x	39	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	x		x	39	
<b>VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras</b>						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas	x		x	40	

	IDENTIFICAÇÃO		DIVULGAÇÃO		PÁGINA	OBSERVAÇÕES
	SIM	NÃO	SIM	NÃO		
2.	Informação sobre outras transações	x		x		42
<b>IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	x		x		43
2.	Políticas prosseguidas	x		x		44
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:					
	a) Responsabilidade social	x		x		44
	b) Responsabilidade ambiental	x		x		45
	c) Adoção de planos de igualdade	x		x		46
	d) Princípio da Igualdade do Género	x		x		46
	e) Políticas de recursos humanos	x		x		46
	f) Responsabilidade económica	x		x		47
<b>X. Avaliação do Governo Societário</b>						
1.	Cumprimento das Recomendações	x		x		48
2.	Outras informações	x		x		48
<b>XI. Anexos ao RGS</b>						
1.	Demonstração não financeira	x			x	49
2.	Acta em que haja sido deliberada a aprovação do RGS	x		x		49
3.	Declarações dos artigos 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013	x		x		50
4.	Declarações dos artigos 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013	x		x		51
5.	Ata de aprovação dos documentos de prestação de contas e RGS	x		x		55
6.	Relatório do órgão de fiscalização	x		x		57

# 07. PERSPETIVAS FUTURAS

O atual Conselho de Administração da Companhia das Lezírias (CL) decidiu no início do seu primeiro mandato (julho de 2018), traçar como linhas de rumo a Sustentabilidade, nas suas três vertentes (ambiental, económica e social), a Eficiência de Processos e a Racionalidade de Ação. Estas três linhas de rumo deram corpo a quatro Eixos Estratégicos: (a) Rentabilização Responsável; (b) Foco nos Recursos Humanos; (c) Desenvolvimento do Turismo; (d) Reestruturação da Comunicação e Imagem.

Apesar das alterações do contexto, estas linhas de rumo e respetivos eixos estratégicos, porque pertinentes e consistentes, mantêm-se. É nossa intenção, neste terceiro ano do segundo mandato, consolidar esta Orientação Estratégica, continuando a apostar na diversificação de atividades e culturas, pois só desta forma poderemos mitigar um dos maiores problemas de hoje: os impactos adversos das alterações climáticas e também de uma guerra militar em plena Europa, de consequências imprevisíveis.

A continuidade do empreendimento só será possível com a dedicação, esforço e qualidade dos Recursos Humanos que a empresa possui e que, ao longo dos anos, a têm assumido como a sua segunda casa. A qualidade da gestão técnica e operacional nos vários domínios tem dado os seus frutos. Se a esta qualidade, associarmos uma gestão estratégica clara e consistente, então o futuro da empresa, apesar do contexto adverso, continuará na sua senda positiva.

A manutenção e o desenvolvimento do capital relacional da CL com os seus principais *stakeholders* (clientes, fornecedores, colaboradores, parceiros, Estado) é também fator crítico de sucesso.

Em traços muito gerais, é isto que preconizamos para o futuro da Companhia das Lezírias, numa lógica de continuidade responsável, face a um contexto muito difícil e complexo. Temos que estar preparados para tempos cuja única certeza é a incerteza, sendo com ela que temos de evoluir, desenvolvendo uma Gestão pragmática, em adaptação contínua aos novos tempos.

Neste contexto, o ano de 2023 será seguramente um ano também difícil para a CL. Efetivamente, a natureza específica da empresa e a sua exposição às condições meteorológicas e ao impacto de uma guerra militar, são indutores não controláveis de variações significativas quer dos gastos operacionais, quer do volume de negócios, pelo que este enquadramento setorial da atividade deveria ser ponderado superiormente, designadamente, numa análise mais flexível do rácio de eficiência operacional, adaptando-o também aos “novos” tempos.

Apesar de todos os perigos contextuais, afirmamos a nossa convicção que a CL continuará a desenvolver a sua Estratégia de Sustentabilidade, sempre num equilíbrio entre o económico, o ambiental e o social, respeitando as Pessoas que nela trabalham e depositando, assim, esperança no futuro.

# 08.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



O Resultado líquido apurado no período foi de 2.230.954,48 euros (dois milhões duzentos e trinta mil novecentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos).

Os incrementos da aplicação do justo valor e da aplicação do método de equivalência patrimonial registados no período ascenderam a 1.195.155,07 euros (um milhão cento e noventa e cinco mil e cento e cinquenta e cinco euros e sete cêntimos).

Em face do resultado obtido, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em consideração o disposto nos artigos 294.º e 295.º do Código das Sociedade Comerciais e no artigo 21.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe, para aprovação pela Assembleia Geral, a seguinte aplicação do Resultado Líquido do período de 2022:

Reservas Livres	1.713.054,77 Euros
Dividendos	517.899,71 Euros

# 09.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano 2022 foi de gestão muito difícil, pelos impactos negativos da guerra e também das alterações climáticas que ano após ano se fazem sentir nas nossas atividades com maior intensidade. Apesar de tudo, o desempenho económico-financeiro foi positivo: um EBITDA de 3.906.145 euros, um Resultado Operacional de 2.815.061 euros e um Resultado Líquido de 2.230.954 euros; o que, tendo em conta as condições contextuais fortemente adversas, nos deixa muito satisfeitos.

Sabemos que o “novo normal”, na nossa atividade, pressupõe lidar com a incerteza das receitas e a certeza dos custos. Todavia, a diversificação produtiva da CL e a orientação para uma gestão sustentável de capital natural, capital económico-financeiro e capital humano, terá um efeito mitigador dos impactos negativos. É nesta perspetiva de equilíbrio, de resiliência e de confiança, que continuamos a olhar para o futuro da empresa, dando passos firmes no presente e honrando o seu passado.

Será muito importante referir que os resultados positivos obtidos ao longo dos anos, não teriam sido possíveis sem o grande empenho de todos os trabalhadores da Companhia das Lezírias, sem exceção, do topo à base. Por isso, a todos eles o Conselho de Administração muito agradece.

Um obrigado também para as duas tutelas da empresa pelo apoio prestado, nomeadamente, a tutela financeira, desempenhada pelo acionista Parpública, e a tutela setorial pelo Ministério da Agricultura e Alimentação.

Um muito obrigado também aos nossos parceiros: clientes, fornecedores, autarquias, entidades bancárias, seguradoras e outras instituições da comunidade local, regional e nacional. Um agradecimento ainda a todos os Centros de Investigação e Estabelecimentos do Ensino Superior

com os quais mantemos relações de parceria e apoio a projetos de investigação aplicada.

Ao nosso Conselho Fiscal, na pessoa do seu Presidente, Dr. José Gato, ao nosso Revisor Oficial de Contas, na pessoa do Dr. Joaquim Patrício da Silva, e ao nosso Presidente da Assembleia Geral, Dr. João Libório, um agradecimento por toda a disponibilidade e empenho.

Samora Correia, 14 de março de 2023

O Conselho de Administração

António João Coelho de Sousa  
**(Presidente)**

Georgete Marques Félix  
**(Vogal)**

Maria Isabel Ramos de Figueiredo Vinagre  
**(Vogal)**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

---

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

---

MARÇO 2023

<b>BALANÇO</b>	<b>072</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS</b>	<b>074</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>075</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>076</b>
<b>ANEXO</b>	<b>077</b>
BALANÇO	072
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	074
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	075
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	076
ANEXO	077
1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	078
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	079
3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE APRESENTAÇÃO	080
4 - FLUXOS DE CAIXA	094
5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	095
6 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	100
7 - ATIVOS INTANGÍVEIS	103
8 - AGRICULTURA	106
9 - PARTES RELACIONADAS	115
10 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	120
11 - OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	122
12 - INVENTÁRIOS	123

13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	125
14 - DIFERIMENTOS	127
15 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	128
16 - CAPITAL PRÓPRIO	129
17 - ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	131
18 - RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	132
19 - LOCAÇÕES	132
20 - RÉDITO	133
21 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	133
22 - GASTOS COM O PESSOAL	134
23 - IMPARIDADE DE ATIVOS	135
24 - AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	136
25 - OUTROS RENDIMENTOS	136
26 - OUTROS GASTOS	137
27 - GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E DE AMORTIZACÕES	138

# BALANÇO

31 de Dezembro de 2022

72

Unidade monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/22	31/12/21
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	15 659 690	15 773 348
Propriedades de investimento	6	7 150 418	7 153 553
Activos intangíveis	7	619 818	629 326
Activos biológicos	8	2 008 327	2 010 319
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	2 243 582	2 016 230
Outros investimentos financeiros	11	79 371	77 627
Activos por impostos diferidos	17	524 228	545 554
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>28 285 435</b>	<b>28 205 956</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	12	1 782 528	1 758 219
Activos biológicos	8	6 033 632	5 313 697
Clientes	13	520 722	1 370 789
Estado e outros entes públicos	15	865 536	358 448
Outros créditos a receber	13	2 101 449	1 135 935
Diferimentos	14	30 724	48 833
Activos não correntes detidos para venda	10		731 324
Caixa e depósitos bancários	4	11 454 406	10 303 976
<b>Total do activo corrente</b>		<b>22 788 998</b>	<b>21 021 219</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>51 074 433</b>	<b>49 227 176</b>

# BALANÇO

31 de Dezembro de 2022

73

Unidade monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/22	31/12/21
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	9	5 000 000	5 000 000
Reservas legais	16	1 520 000	1 520 000
Outras reservas	16	14 855 125	13 182 313
Resultados transitados	16	2 653 165	2 355 545
Excedentes de revalorização	16	18 852 068	18 852 068
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	16	1 271 620	1 468 549
Resultado líquido do período	16	2 230 954	2 632 569
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>46 382 933</b>	<b>45 011 045</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	1 663 115	1 747 295
Passivos por impostos diferidos	17	1 091 031	945 999
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>2 754 146</b>	<b>2 693 294</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	291 387	220 842
Adiantamentos de clientes	13	484 259	72 515
Estado e outros entes públicos	15	85 945	101 964
Outras dívidas a pagar	13	858 874	915 036
Diferimentos	14	216 889	212 480
<b>Total do activo corrente</b>		<b>1 937 354</b>	<b>1 522 837</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4 691 500</b>	<b>4 216 131</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>51 074 433</b>	<b>49 227 176</b>

# DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Unidade monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31/12/22	31/12/21
Vendas e serviços prestados	20	4 127 608	5 876 867
Subsídios à exploração	8	2 335 328	2 344 024
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	236 325	121 580
Variação nos inventários da produção	12	-1 283 127	-2 689 970
Trabalhos para a própria entidade		92 958	15 869
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-2 251 096	-2 556 004
Fornecimentos e serviços externos	21	-3 291 352	-3 569 566
Gastos com o pessoal	22	-2 441 118	-2 389 988
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	10 376	-6 904
Aumentos/reduções de justo valor	24	2 753 367	3 968 714
Outros rendimentos	25	3 900 574	3 702 623
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		3 287 537	3 235 941
Outros rendimentos		613 037	466 682
Outros gastos	26	-283 696	-418 207
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3 906 145</b>	<b>4 399 039</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-1 091 084	-1 075 069
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 815 061</b>	<b>3 323 970</b>
Juros e gastos similares suportados	28	-9 142	-8 105
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 805 919</b>	<b>3 315 865</b>
Imposto sobre o rendimento do período	29	-574 965	-683 296
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2 230 954</b>	<b>2 632 569</b>

# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31 de dezembro de 2022

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição no início do período (01-01-2022)		5 000 000	1 520 000	13 182 313	2 355 545	18 852 068	1 468 549	2 632 569	45 011 045
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 672 812</b>	<b>297 620</b>	<b>0</b>	<b>-196 929</b>	<b>-1 672 812</b>	<b>100 691</b>
Ajustamentos por impostos diferidos	17						14 163		14 163
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16			1 672 812	297 620		-211 093	-1 672 812	86 528
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								<b>2 230 954</b>	<b>2 230 954</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 672 812</b>	<b>297 620</b>	<b>0</b>	<b>-196 929</b>	<b>558 142</b>	<b>2 331 646</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-959 757</b>	<b>-959 757</b>
Distribuições	16							-959 757	-959 757
<b>Posição no fim do período (31-12-2022)</b>		<b>5 000 000</b>	<b>1 520 000</b>	<b>14 855 125</b>	<b>2 653 165</b>	<b>18 852 068</b>	<b>1 271 620</b>	<b>2 230 954</b>	<b>46 382 933</b>

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição no início do período (01-01-2021)		5 000 000	1 520 000	11 502 732	2 216 354	18 852 068	1 448 630	2 323 608	42 863 392
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 679 581</b>	<b>139 191</b>	<b>0</b>	<b>19 920</b>	<b>-1 679 581</b>	<b>159 110</b>
Ajustamentos por impostos diferidos	17				-40 410		-8 944		-49 354
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16			1 679 581	179 601		28 863	-1 679 581	208 464
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								<b>2 632 569</b>	<b>2 632 569</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 679 581</b>	<b>139 191</b>	<b>0</b>	<b>19 920</b>	<b>952 988</b>	<b>2 791 680</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-644 027</b>	<b>-644 027</b>
Distribuições	16							-644 027	-644 027
<b>Posição no fim do período (31-12-2021)</b>		<b>5 000 000</b>	<b>1 520 000</b>	<b>13 182 313</b>	<b>2 355 545</b>	<b>18 852 068</b>	<b>1 468 549</b>	<b>2 632 569</b>	<b>45 011 045</b>

# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo  
em 31 de Dezembro de 2022

Unidade monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/22	31/12/21
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		4 977 329	5 706 309
Pagamentos a fornecedores		5 169 402	5 751 777
Pagamentos ao pessoal		2 407 223	2 252 791
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-2 599 296</b>	<b>-2 298 259</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-593 301	-262 440
Outros recebimentos/pagamentos		5 280 149	5 869 748
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>2 087 553</b>	<b>3 309 049</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		909 573	663 147
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		3 174	40 364
Investimentos financeiros		609 056	244
Outros activos		57 709	83 634
Subsídios ao investimento		100 416	338 729
Juros e rendimentos similares		1 479	277
Dividendos		160 382	60 790
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>22 645</b>	<b>-139 109</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0	6 411
Juros e gastos similares		10	48
Dividendos		959 757	644 027
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-959 767</b>	<b>-650 486</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>1 150 430 3</b>	<b>2 519 454</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	10 303 976	7 784 522
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	11 454 406	10 303 976



## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

### 1.1 - Designação da entidade

Companhia das Lezírias, S.A.

### 1.2 - Sede

Largo 25 de Abril, n.º 17, em Samora Correia

### 1.3 - Natureza da atividade

As origens da Companhia das Lezírias remontam a 25 de junho de 1836, quando foi fundada a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado por aquisição em hasta pública de terras da Coroa.

Em 1975, na sequência da conjuntura revolucionária então vivida, a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado foi nacionalizada, pelo Decreto-Lei n.º 628/75, de 13 de novembro.

Foi transformada em empresa pública em 1978, através da publicação do Decreto-Lei n.º 123/78, de 15 de novembro, assumindo então a designação de Companhia das Lezírias, E.P.

Alterou a forma jurídica para Sociedade Anónima no ano 1989, através do Decreto-Lei n.º 182/89, de 31 de maio, passando a designar-se Companhia das Lezírias, S.A.

A Companhia das Lezírias tem por objeto principal a exploração agrícola, pecuária e florestal do seu património, bem como a industrialização e comercialização dos respetivos produtos.

Pode exercer ainda outras atividades relacionadas com o seu objeto principal, nomeadamente na área do agro-turismo, aproveitamento de património não afeto à exploração agrícola, pecuária e florestal e

industrialização e comercialização de produtos.

Poderá colaborar com os serviços técnicos oficiais no domínio do crédito agrícola, da experimentação, melhoramento vegetal e animal e extensão agrícola, podendo participar em convénios com entidades nacionais ou estrangeiras de natureza pública ou privada na prossecução do objeto social.

#### 1.3.1 - Coudelaria de Alter - transferência de competências para a Companhia das Lezírias

A Fundação Alter Real foi extinta com a publicação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de novembro. Nos termos deste decreto, o Estado, atendendo à natureza das atividades desenvolvidas pela Companhia das Lezírias, considerou que parte das competências que havia delegado na Fundação Alter Real, através do Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de Fevereiro, eram transferidas para a Companhia das Lezírias, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da Companhia das Lezírias.

No âmbito do Programa REVIVE, um conjunto de imóveis da Coudelaria de Alter, que integravam os bens entregues à gestão da CL nos termos da legislação antes referida, foram em 2018 objeto de um contrato de concessão de exploração e entregues ao concessionário em 2019.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, face ao previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilístico correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho.

Os instrumentos legais do SNC, aplicáveis às presentes demonstrações financeiras, são os seguintes:

Estrutura conceptual	Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho
Normas contabilísticas e de relato financeiro	Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho
Normas interpretativas	Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho
Modelos de demonstrações financeiras	Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho
Código de contas	Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações relevantes para o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna,

recorre-se, supletivamente e pela ordem indicada:

- Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;
- Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).

### 2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

### 2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados nas presentes demonstrações financeiras, são comparáveis com os valores do presente exercício.

### 2.4 - Aprovação das contas

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 14 de março de 2023. O Conselho de Administração considera que refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE APRESENTAÇÃO

### 3.1 - Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras:

#### **Continuidade**

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Companhia das Lezírias continuará a operar no futuro previsível. Assume que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir o nível das suas operações, mantendo os níveis de atividade e capacidade de cumprir os seus fins.

#### **Regime de acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos), sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

#### **Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras apresentadas estão consistentes de um período para o outro. Nas situações em que ocorram alterações significativas na natureza das operações ou na sua classificação, encontram-se devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Assim, a informação proporcionada acerca da posição financeira da empresa, do seu desempenho e das alterações na posição financeira é fiável e mais relevante para os utentes.

#### **Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas dos utentes tomadas na base das demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão do item ou do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode, porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

#### **Compensação**

Os activos e passivos, assim como os gastos e os rendimentos, são apresentados separadamente nas demonstrações financeiras, não devendo ser compensados, exceto quando tal for exigido ou permitido pelas normas aplicáveis.

#### **Informação comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior, cumprindo com os princípios da continuidade e da consistência aplicados na sua preparação. Quando as quantias comparativas sejam reclassificadas, deve ser divulgada a informação relacionada, considerando: i. a natureza da reclassificação, ii. a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada e iii. a razão para a reclassificação. Quando for impraticável reclassificar, deve ser divulgado: i. a razão para não as

reclassificar e ii. a natureza dos ajustamentos que teriam sido feitos se as quantias tivessem sido reclassificadas.

### 3.2 - Juízos de Valor

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF, a Companhia das Lezírias efetuou juízos de valor e estimativas que utilizou como pressupostos que afetam as quantias escrituradas nos montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- i. Ativos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor: A Companhia das Lezírias efetua as estimativas e os pressupostos subjacentes à mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas, com base no melhor conhecimento existente à data da elaboração das demonstrações financeiras. Contudo poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis até à data da aprovação das demonstrações financeiras, não sejam consideradas nessas estimativas. As alterações que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras são corrigidas de forma prospetiva.

### 3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela Companhia das Lezírias.

### 3.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas efetuadas pela Companhia das Lezírias, relatadas em ativos, passivos, rendimentos e gastos, tiveram por base o melhor



conhecimento existente sobre essas quantias à data da apresentação das demonstrações financeiras.

### 3.5 - Estratégias de gestão de riscos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:
  - i. Risco cambial - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;
  - ii. Risco de preço - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado; e
  - iii. Risco de taxa de juro - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.

- Risco de crédito - é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

- Risco de financiamento - é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um ativo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor. O risco de liquidez não é significativo para a Empresa.

### 3.6 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Companhia das Lezírias, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

#### 3.6.1 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

##### Mensuração ao custo

Os ativos fixos tangíveis da Companhia das Lezírias encontram-se valorizados ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo é considerado como custo: i. o seu preço de compra; ii. quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e iii. a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de ativos da Empresa são capitalizados no ativo tangível.

Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida de trabalhos para a própria entidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, somente quando for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia das Lezírias. Todos os dispêndios com a manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

São reconhecidos como equipamentos biológicos os animais e plantas vivos que reúnam os requisitos de reconhecimento como investimento e que não se enquadrem na NCRF 17 – Agricultura, isto é, que não se destinem a atividades agrícolas. Correspondem a estas definições os animais que são utilizados enquanto animais de trabalho.

### Depreciações

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes ativos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 7 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. A empresa reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um ativo fixo tangível é desreconhecida: i. no momento da alienação, ou ii. quando não se espere benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível i. é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido e ii. é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

### 3.6.2 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias são constituídas pelos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

#### Mensuração ao custo

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias encontram-se valorizadas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.



Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com os requisitos da NCRF 7 - Ativos fixos tangíveis. Quando as propriedades de investimento satisfaçam os critérios de classificação como detidas para venda, passam a ser mensuradas de acordo com os critérios da NCRF 8 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Os custos suportados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros, impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

As propriedades de investimento são desreconhecidas i. na alienação, ou ii. quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

### **3.6.3 - ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)**

Um ativo intangível é reconhecido se, e apenas se: i. for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao ativo fluam para a Companhia das Lezírias; e ii. o custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado.

#### **Mensuração ao custo**

Os ativos intangíveis são mensurados pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e, quando se justificar, de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha reta.

Os custos suportados com ativos intangíveis são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os ativos intangíveis são desreconhecidos i. no momento da alienação, ou ii. quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação.

### **3.6.4 - ATIVOS BIOLÓGICOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS (NCRF 17)**

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na atividade agrícola e os produtos agrícolas no ponto da colheita.

Para adequação aos instrumentos legais do SNC, os ativos biológicos são tratados em dois grandes grupos: ativos biológicos de produção e ativos biológicos consumíveis.

#### **3.6.4.1 - Ativos biológicos de produção**

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na atividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

Foram reconhecidos como ativos biológicos de produção as plantações florestais, essencialmente o montado de sobro e o pinhal manso, a vinha, o olival e os animais reprodutores.

#### **Mensuração ao custo**

Os ativos biológicos de produção que sejam plantas - montado de sobro, pinhal manso, vinha e olival - foram mensurados pela Companhia das Lezírias segundo o modelo do custo. Tal opção foi tomada por se considerar que, as formas possíveis de valorizar este conjunto de ativos pelo modelo do justo valor apresentam limitações severas na sua determinação. Não existem indicadores de mercado fiáveis e as formas alternativas conduzem a resultados que se consideram pouco

claros numa perspetiva global de análise e de condução dos negócios da empresa.

Este conjunto de ativos biológicos - montado de sobro, pinhal manso, vinha e olival - é valorizado ao custo tendo em consideração o disposto na NCRF 7 - Ativos fixos tangíveis.

O valor de custo é deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

### Depreciações

Os ativos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

<b>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>	<b>VIDA ÚTIL ESTIMADA</b>
Montado de sobro e pinhal manso	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos

O EFRAG (European Financial Reporting Advisory Group), em setembro de 2014, propôs a adoção das alterações introduzidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) em junho de 2014, que preconiza o tratamento das plantas destinadas à produção, designadas como "Bearer Plants", no âmbito da IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e o produto agrícola em crescimento, como ativo biológico, no âmbito da IAS 41 - Agricultura.

O EFRAG considerou, na sua proposta de adoção, que estas alterações permitem uma prática contabilística mais prudente.

O processo de adoção por parte da União Europeia culminou em 24 de novembro de 2015, com a publicação do Regulamento (EU) 2015/2113 da Comissão no Jornal Oficial da União Europeia. As alterações introduzidas produziram efeitos a partir dos exercícios que começaram em 1 de janeiro de 2016, mas com possibilidade de aplicação anterior.

### Mensuração ao justo valor

Os ativos biológicos de produção que sejam animais, quando assim reconhecidos, são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

#### 3.6.4.2 - Ativos biológicos consumíveis

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos que estão para ser colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como ativos biológicos.

Foram reconhecidos como ativos biológicos consumíveis as plantações florestais, essencialmente o pinhal bravo e a cortiça em crescimento, em linha com o anteriormente referido, e os animais destinados à produção de carne ou detidos para venda.

### Mensuração ao justo valor

Os ativos biológicos consumíveis são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. Tal mensuração é o custo nessa data para efeitos de registo em inventários para aplicação, a partir desse momento, da NCRF 18 - Inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto de venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

#### **3.6.4.3 - Subsídios das entidades públicas**

Um subsídio das entidades públicas incondicional que se relacione com um ativo biológico, mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, é reconhecido nos resultados quando se torne recebível.

Se um subsídio das entidades públicas relacionado com um ativo biológico, mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece-o nos resultados somente quando as condições a ele associadas forem cumpridas.

#### **3.6.5 - IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO, ATIVOS INTANGÍVEIS E ATIVOS BIOLÓGICOS (NCRF 12)**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, das propriedades de investimentos (valorizadas

ao custo), dos ativos intangíveis e dos ativos biológicos de produção (valorizados ao custo), com o objetivo de determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. A quantia recuperável é a quantia mais alta de entre i. o justo valor de um ativo ou, ii. a unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Quando a quantia recuperável de um ativo for menor do que a sua quantia escriturada, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é reconhecida nos resultados, a não ser que o ativo seja escriturado pela quantia revalorizada de uma outra Norma. Qualquer perda por imparidade de um ativo revalorizado deve ser tratada como decréscimo de revalorização de acordo com essa outra Norma.

A Companhia das Lezírias, à data de cada relato, avalia se há qualquer indicação de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores relativamente a um ativo possa já não existir ou possa ter diminuído. Se tal indicação existir, é estimada a quantia recuperável desse ativo. A perda por imparidade é revertida, através do aumento da quantia escriturada do ativo até à sua quantia recuperável. Este aumento é uma reversão de uma perda por imparidade.

#### **3.6.6 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS (NCRF 13 e NCRF 27)**

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Inicialmente as participações são reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustado, em cada período após a aquisição,

proporcionalmente ao valor da participação, em função das alterações verificadas nos capitais próprios dessas empresas.

Para efeitos de classificação das participações da Companhia das Lezírias, consideraram-se os seguintes grupos:

- Empresas subsidiárias: participações onde se detém o controlo da gestão;
- Empresas associadas: participações sobre as quais tem influência significativa. Considerou-se influência significativa o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das participadas, mas que não constitui controlo sobre essas políticas. Abrange as participações onde se detém entre 20% e 50% do capital social;
- Outras empresas: participações de valor inferior a 20% do capital social.

Os investimentos financeiros noutras empresas e noutros ativos financeiros são registados pelo seu valor de aquisição menos perdas por imparidade acumuladas.

A Companhia das Lezírias verifica em cada data de relato se existe evidência de imparidade em investimentos financeiros.

### **3.6.7 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)**

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e corresponde à soma algébrica dos impostos correntes com os impostos diferidos.

#### **3.6.7.1 - Impostos correntes**

O imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar dos impostos sobre o rendimento do período, calculada sobre o lucro ou prejuízo

tributável dum período de acordo com a matéria coletável estimada com base nas leis e taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas, à data do balanço.

#### **3.6.7.2 - Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo mensurados pela aplicação das taxas e leis fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovada, à data do balanço.

A mensuração de ativos e passivos por impostos diferidos reflete as consequências fiscais que se seguem derivadas da maneira pela qual a Companhia das Lezírias espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Um ativo por impostos diferidos é reconhecido para as diferenças temporárias dedutíveis que possam reverter para a Companhia das Lezírias. O reconhecimento verifica-se enquanto existam expectativas razoáveis de no futuro existirem lucros tributáveis disponíveis para utilizar estes ativos por impostos diferidos. A quantia escriturada de um ativo por impostos diferidos é anualmente revista à data de balanço.

#### **3.6.8 - INVENTÁRIOS (NCRF 18)**

Os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo dos inventários incluiu todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relacionados com produtos agrícolas colhidos de ativos biológicos são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda na altura da colheita de acordo com a NCRF 17 - Agricultura. Este é o custo dos inventários à data para aplicação da NCRF 18 - Inventários.

### **3.6.9 - CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER (NCRF 27)**

As dívidas a receber de clientes e de outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia escriturada e o valor que a Companhia das Lezírias espera recuperar. As diferenças são reconhecidas nas demonstrações financeiras do período em que são estimadas.

### **3.6.10 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS (NCRF 27)**

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa, em depósitos bancários imediatamente realizáveis e em depósitos bancários com vencimentos a menos de um ano e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco pouco significativo de alteração de valor.

### **3.6.11 - RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO (NCRF 28)**

A todos os trabalhadores com 10 ou mais anos de trabalho ao serviço da Companhia das Lezírias e que já faziam parte dos seus quadros como efetivos em 22 de setembro de 2000, são atribuídos benefícios pós-emprego, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência.

#### **Plano de benefícios definidos**

O plano de benefícios definidos é financiado através do reconhecimento de um passivo pelo valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data do balanço.

Os ganhos e perdas atuariais determinados são reconhecidos como um gasto ou como um rendimento no período em que ocorrem.

As responsabilidades da Companhia das Lezírias, na data de fecho de contas, são bienalmente calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método Projected Unit Credit, determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente. Para o efeito, são usados determinados pressupostos atuariais. Os pressupostos atuariais são as melhores estimativas das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- Pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
  - i. Mortalidade, tanto durante como após o emprego;



2020

*Relatório*

- ii. Proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e
- Pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
  - i. A taxa de desconto;
  - ii. Os níveis de ordenados futuros e de benefícios.

### **3.6.12 - FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR (NCRF 27)**

As dívidas a pagar a fornecedores e a outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### **3.6.13 - PERIODIZAÇÕES (NCRF 1)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados na rubrica Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar e Diferimentos.

### **3.6.14 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO (NCRF 27)**

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio da Companhia das Lezírias apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista.

### **3.6.15 - LOCAÇÕES (NCRF 9)**

A Companhia das Lezírias classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

#### **Locação financeira**

No início do prazo de locação, os contratos de locações financeiras são registados como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo da locação. Quando os ativos locados estão sujeitos a depreciações, estas são tratadas de acordo com a NCRF 7 - Ativos fixos tangíveis.

#### **Locação operacional**

Os pagamentos de locações operacionais são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha reta durante o período de locação.

### **3.6.16 - GASTOS E RENDIMENTOS**

Os efeitos das transações são reconhecidos no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

#### **3.6.16.1 - RÉDITO (NCRF 20)**

O rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período proveniente do curso das atividades ordinárias de uma entidade

quando esses influxos resultarem em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

### **Vendas de bens**

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- i. Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- ii. A Companhia das Lezírias não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- iii. A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- iv. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a empresa;
- v. Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### **Prestações de serviços**

O rédito associado com uma transação que se relacione com prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado e quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- i. A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- ii. Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Companhia das Lezírias;
- iii. A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- iv. Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

### **Juros, Royalties e Dividendos**

O rédito proveniente do uso por outros de ativos da Companhia das Lezírias que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- i. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a empresa; e
- ii. A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- i. Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- ii. Os *royalties* são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- iii. Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Companhia das Lezírias, enquanto acionista, receber o pagamento.

#### **3.6.16.2 - TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE (NCRF 7)**

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

#### **3.6.16.3 - CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS (NCRF 10)**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

#### **3.6.16.4 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS (NCRF 22)**

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Companhia das Lezírias cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis destinados a aquisições de ativos são inicialmente registados no capital próprio. Quando relacionados com ativos depreciáveis, são subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos subsidiados.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, deverão passar a ter o tratamento referido no parágrafo anterior

Os restantes apoios das entidades públicas são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Aos subsídios das entidades públicas que se relacionam com ativos biológicos é dado o tratamento descrito do ponto 3.6.4.3.

### **3.6.17 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)**

Os ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda, quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estes estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é altamente provável. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

### **3.6.18 - PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)**

#### **Provisões**

Reconhecimento de um passivo de tempestividade ou quantia incertos, em que a quantia da obrigação possa ser mensurada com fiabilidade. Consequência de acontecimentos passados, uma possível obrigação, cuja existência apenas possa vir a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, com probabilidade de exfluxo de recursos.

#### **Ativos contingentes e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Um possível ativo, ou passivo, proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

### **3.6.19 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO (NCRF 24)**

Os eventos ocorridos após a data do balanço, sobre condições que existiam nessa data, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os eventos relevantes ocorridos após a data do balanço são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras.

## 4 - FLUXOS DE CAIXA

### 4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes apresentados nas demonstrações financeiras estão disponíveis para uso.

### 4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A divulgação dos fluxos caixa durante o período foi efetuada através da utilização do método direto, de acordo com o disposto na NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa, a partir do registo dos influxos e efluxos efetuados na contabilidade da Companhia das Lezírias.

Unidade monetária: EURO

DESCRIÇÃO	PERÍODOS	
	31/12/22	31/12/21
Caixa <sup>(1)</sup>	1 959	7 052
Depósitos à ordem	452 447	296 924
Outros depósitos bancários	11 000 000	10 000 000
Total de caixa e depósitos bancários	11 454 406	10 303 976

(1) Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efetuado no mês de janeiro do ano seguinte

### 5.1 - Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição.



### 5.2 - Métodos de depreciação usados

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes ativos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha reta.

### 5.3 - Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações com os seguintes períodos de vida útil esperados:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 7 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

### 5.4 - Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em ativos fixos tangíveis no início e no fim do período:

## ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

DESCRIÇÃO	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	EQUIPAMENTOS BIOLÓGICOS	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	TOTAL
<b>Activo bruto</b>									
Saldo em 31-12-2021	10 613 950	22 836 657	7 522 558	1 212 782	753 593	56 500	837 848	175 533	44 009 421
Adições		82 536	252 825	68 000	71 415	22 950	11 863	320 373	829 963
Revalorizações									0
Abates			52 081		2 021	2 500	4 329	675	61 606
Transferências		221 555		1 100				-229 962	-7 308
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	<b>10 613 950</b>	<b>23 140 748</b>	<b>7 723 302</b>	<b>1 281 881</b>	<b>822 987</b>	<b>76 950</b>	<b>845 382</b>	<b>265 269</b>	<b>44 770 470</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo em 31-12-2021	633 215	18 414 958	6 840 836	983 945	677 999	32 625	652 494	0	28 236 073
Adições		582 603	187 822	79 521	43 716	7 181	34 796		935 638
Revalorizações									0
Abates			52 081		2 021	2 500	4 329		60 931
Transferências									0
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	<b>633 215</b>	<b>18 997 561</b>	<b>6 976 577</b>	<b>1 063 466</b>	<b>719 694</b>	<b>37 306</b>	<b>682 961</b>	<b>0</b>	<b>29 110 780</b>
Perdas por imparidade acumuladas									
<b>Activo fixo tangível líquido</b>	<b>9 980 735</b>	<b>4 143 187</b>	<b>746 725</b>	<b>218 415</b>	<b>103 294</b>	<b>39 644</b>	<b>162 421</b>	<b>265 269</b>	<b>15 659 690</b>

## ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

DESCRIÇÃO	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	EQUIPAMENTOS BIOLÓGICOS	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	TOTAL
<b>Activo bruto</b>									
Saldo em 31-12-2020	10 613 950	22 421 813	7 473 564	1 185 129	731 062	44 900	743 361	310 319	43 524 097
Adições		119 105	113 188	52 571	18 184	14 000	11 762	311 532	640 342
Revalorizações									0
Abates			64 193	35 203	47 977	1 200	5 245		153 818
Transferências		295 739	0	10 285	52 325	-1 200	87 970	-446 318	-1 200
<b>Saldo em 31-12-2021</b>	<b>10 613 950</b>	<b>22 836 657</b>	<b>7 522 558</b>	<b>1 212 782</b>	<b>753 593</b>	<b>56 500</b>	<b>837 848</b>	<b>175 533</b>	<b>44 009 421</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo em 31-12-2020	633 215	17 825 251	6 727 114	929 113	697 733	29 463	623 211	0	27 465 099
Adições		589 708	177 036	87 486	28 210	5 563	34 528		922 530
Revalorizações									0
Abates			63 313	32 654	47 943	1 200	5 245		150 355
Transferências						-1 200			-1 200
<b>Saldo em 31-12-2021</b>	<b>633 215</b>	<b>18 414 958</b>	<b>6 840 836</b>	<b>983 945</b>	<b>677 999</b>	<b>32 625</b>	<b>652 494</b>	<b>0</b>	<b>28 236 073</b>
Perdas por imparidade acumuladas									
<b>Activo fixo tangível líquido</b>	<b>9 980 735</b>	<b>4 421 699</b>	<b>681 722</b>	<b>228 837</b>	<b>75 594</b>	<b>23 875</b>	<b>185 354</b>	<b>175 533</b>	<b>15 773 348</b>

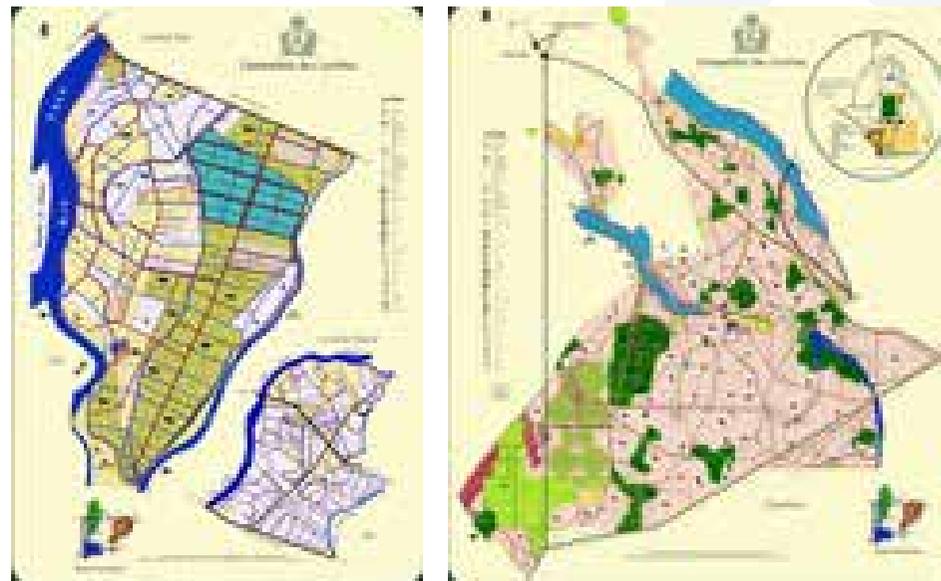
## 5.5 - Ocupação dos terrenos da Companhia das Lezírias

Os terrenos da Companhia das Lezírias ocupam uma área total de cerca de 18.000 hectares (ha), situados nos concelhos de Vila Franca de Xira, Benavente e Salvaterra de Magos.

Encontram-se arrendados cerca de 5.800 ha, estando os restantes 12.200 ha afetos à exploração direta da empresa e ainda ocupados por áreas significativas de caminhos, barragens, linhas de água, zonas sociais, entre outras.

As áreas onde a Companhia das Lezírias desenvolve as suas atividades de natureza agrícola e florestal, com base no plano de culturas anual, são as seguintes:

ZONA	CULTURA	HECTARES
<b>Lezíria Sul</b>	Arroz	301
	Feno	300
	Pastagem	1 672
	Girassol	146
	Lozerna	79
<b>Catapereiro</b>	Feno	211
	Vinha	134
	Olival	69
	Pastagem	220
<b>Charneca</b>	Pinhal Bravo	999
	Pinhal Manso	701
	Montado de Sobro	6 751
<b>Total</b>		11.583



Na Charneca, em especial na área de Montado de Sobro, encontram-se implantados cerca de 5.900 ha de prados permanentes e bio diversos.

## 5.6 - Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

Conforme definido na alínea e) do artigo 10.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, compete à Assembleia Geral "Autorizar a alienação e oneração de imóveis bem como a realização de investimentos, estes últimos quando de valor superior a 20% do capital social".



## 6 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

### 6.1 - Modelo aplicado

A Companhia das Lezírias optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo, conforme informação descrita no ponto 3.6.2.

### 6.2 - Critérios usados para distinguir propriedades de investimento de propriedades ocupadas pelo dono e de propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios

A Companhia das Lezírias considera como propriedades de investimento:

- i. Terrenos propriedade da entidade, locados cuja exploração é efetuada por terceiros;
- ii. Terrenos propriedade da entidade, detidos com o objetivo de venda; e
- iii. Edifícios propriedade da entidade que se encontram locados, cuja exploração é efetuada por terceiros.

### 6.3 - Quantias reconhecidas nos resultados com propriedades de investimento

Os rendimentos reconhecidos referem-se essencialmente às rendas dos terrenos obtidas no período.

Os gastos operacionais relacionam-se essencialmente com propriedades de investimento que geram rendimentos de rendas durante o período.

Unidade monetária: EURO

MONTANTES RECONHECIDOS NO PERÍODO	PERÍODOS	
	2022	2021
Rendimentos no período	3 287 537	3 235 941
Gastos operacionais directos	81 907	51 045

### 6.4 - Existência e quantias de restrições sobre a capacidade de realização de propriedades de investimento ou a remessa de rendimentos e proventos de alienação

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade sobre as propriedades de investimento.

Conforme definido na alínea e) do artigo 10.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, compete à Assembleia-Geral “Autorizar a alienação e oneração de imóveis bem como a realização de investimentos, estes últimos quando de valor superior a 20% do capital social”.

### 6.5 - Aplicação do modelo do custo

#### Métodos de depreciação usados

A Companhia das Lezírias aplica o critério adotado para os ativos fixos tangíveis. Ver relato no ponto 5.2.

#### Vidas úteis usadas

Os terrenos não são sujeitos a depreciação. Para os edifícios foi estimada uma vida útil de 50 anos.



### Justo valor das propriedades de investimento

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias respeitam essencialmente a contratos de arrendamento efetuados ao abrigo da Lei do arrendamento rural.

O cálculo do justo valor das propriedades de investimento foi obtido através da aplicação do método do desconto dos cash-flows futuros dos rendimentos gerados, de forma a calcular o valor atual dos fluxos monetários libertados.

milhares de Euros	
<b>PERÍODOS</b>	
<b>2022</b>	<b>2021</b>
86 869	86 872

### Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em propriedades de investimento no início e no fim do período:

**PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TERRENOS E RECURSOS NATURAIS</b>	<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Activo bruto</b>			
Saldo em 31-12-2021	7 122 206	156 733	7 278 939
Adições			0
Revalorizações			0
Abates			0
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	<b>7 122 206</b>	<b>156 733</b>	<b>7 278 939</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo em 31-12-2021	0	125 386	125 386
Adições		3 135	3 135
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	<b>0</b>	<b>128 521</b>	<b>128 521</b>
Perdas por imparidade acumuladas			
<b>Propriedades de investimento líquidas</b>	<b>7 122 206</b>	<b>28 212</b>	<b>7 150 418</b>

**PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TERRENOS E RECURSOS NATURAIS</b>	<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES</b>	<b>INVESTIMENTOS EM CURSO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Activo bruto</b>				
Saldo em 31-12-2020	7 122 206	156 733	185 879	7 464 818
Adições				0
Revalorizações				0
Abates			185 879	185 879
<b>Saldo em 31-12-2021</b>	<b>7 122 206</b>	<b>156 733</b>	<b>0</b>	<b>7 278 939</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Saldo em 31-12-2020	0	122 252	0	122 252
Adições		3 135		3 135
<b>Saldo em 31-12-2021</b>	<b>0</b>	<b>125 386</b>	<b>0</b>	<b>125 386</b>
Perdas por imparidade acumuladas				
<b>Propriedades de investimento líquidas</b>	<b>7 122 206</b>	<b>31 347</b>	<b>0</b>	<b>7 153 553</b>

## 7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

### 7.1 - Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Foi reconhecido como ativo intangível, no âmbito do divulgado na nota 1.3.1, os poderes de gestão e de exploração atribuídos à Companhia das Lezírias até 31 de Dezembro de 2088, sobre os imóveis de domínio público do Estado denominados Mouchão do Salgueiral e Mouchão do Esfolo Vacas.

Os Ativos intangíveis reconhecidos foram valorizados segundo o valor atribuído por avaliações efetuadas por peritos independentes.

### 7.2 - Métodos de depreciação usados

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha reta.

### 7.3 - Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações com os seguintes períodos de vida útil esperados:

ACTIVOS INTANGÍVEIS	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Mouchão do Salgueiral	75 anos
Mouchão do Esfolo Vacas	75 anos

### 7.4 - Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em ativos intangíveis no início e no fim do período:



ACTIVOS INTANGÍVEIS			
DESCRIÇÃO	MOUCHÃO DO SALGUEIRAL	MOUCHÃO DO ESFOLA VACAS	TOTAL
<b>Activo bruto</b>			
Saldo em 31-12-2021	132 900	582 000	714 900
Adições			0
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências			0
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	<b>132 900</b>	<b>582 000</b>	<b>714 900</b>

Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2021	15 908	69 665	85 574
Adições	1 768	7 741	9 508
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências			0
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	<b>17 676</b>	<b>77 406</b>	<b>95 082</b>

Perdas por imparidade acumuladas

<b>Activo intangível líquido</b>	<b>115 224</b>	<b>504 594</b>	<b>619 818</b>
----------------------------------	----------------	----------------	----------------

ACTIVOS INTANGÍVEIS			
DESCRIÇÃO	MOUCHÃO DO SALGUEIRAL	MOUCHÃO DO ESFOLA VACAS	TOTAL
<b>Activo bruto</b>			
Saldo em 31-12-2020	132 900	582 000	714 900
Adições			0
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências			0
<b>Saldo em 31-12-2021</b>	<b>132 900</b>	<b>582 000</b>	<b>714 900</b>

Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2020	14 141	61 925	76 065
Adições	1 768	7 741	9 508
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências			0
<b>Saldo em 31-12-2021</b>	<b>15 908</b>	<b>69 665</b>	<b>85 574</b>

Perdas por imparidade acumuladas

<b>Activo intangível líquido</b>	<b>116 992</b>	<b>512 335</b>	<b>629 326</b>
----------------------------------	----------------	----------------	----------------

**7.5 - Existência de quantias de escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantias de passivos**

A titularidade dos ativos intangíveis divulgados decorre da forma como a sua utilização foi atribuída à Companhia das Lezírias, nos termos do divulgado na nota 1.3.1.

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer ativos intangíveis dados como garantias de passivos.



### 8.1 - Descrição de cada grupo de ativos biológicos

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na atividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

São reconhecidos como ativos biológicos:

- i. Plantas:
  - a. Florestas (compostas essencialmente pelo montado de sobro e pelo pinhal);
  - b. Vinha;
  - c. Olival; e
  - d. Culturas agrícolas com produções plurianuais, designadamente pastagens;
- ii. Animais:
  - a. Bovinos; e
  - b. Equinos.

São reconhecidos como ativos biológicos consumíveis aqueles que:

- i. Estejam para ser colhidos como produto agrícola; ou
- ii. Estejam para ser vendidos como ativos biológicos.

### 8.2 - Métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita e de cada um dos grupos de ativos biológicos

O justo valor dos ativos biológicos foi determinado a partir

- i. Do preço de venda conhecido no ponto de colheita;
- ii. Do valor de mercado conhecido em transações recentes;
- iii. De referências do sector disponíveis em entidades oficiais, como sejam dados estatísticos obtidos a partir do boletim mensal de estatística publicado pelo INE;
- iv. Do valor presente dos fluxos de caixa líquidos descontados.

Os grupos de ativos biológicos que foram mensurados segundo o modelo do justo valor foram descritos na nota 3.6.4.

### 8.3 - Ativos biológicos mensurados ao justo valor e ativos biológicos mensurados ao custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas, no fim do período



Unidade monetária: EURO

DESCRIÇÃO	ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CORRENTES			ACTIVOS BIOLÓGICOS CORRENTES		
	JUSTO VALOR	CUSTO	TOTAL	JUSTO VALOR	CUSTO	TOTAL
<b>ANIMAIS</b>						
Saldo em 31-12-2021	629 388		629 388	819 751		819 751
Aquisições	3 500		3 500			0
Variações de justo valor	44 694		44 694	70 893		70 893
Abates	-31 298		-31 298	0		0
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	<b>646 285</b>		<b>646 285</b>	<b>890 644</b>		<b>890 644</b>
<b>PLANTAS</b>						
Saldo em 31-12-2021		1 380 931	1 380 931	4 493 946		4 493 946
Aquisições		123 915	123 915			
Variações de justo valor				926 969		926 969
Transf. Produto Acabado				-277 927		-277 927
Abates		0	0			
Outros (transferências)			0			
Depreciações		-142 803	-142 803			
<b>Saldo em 31-12-2022</b>		<b>1 362 042</b>	<b>1 362 042</b>	<b>5 142 988</b>		<b>5 142 988</b>
<b>Activos Biológicos em 31-12-2022</b>	<b>646 285</b>	<b>1 362 042</b>	<b>2 008 327</b>	<b>6 033 632</b>		<b>6 033 632</b>

Unidade monetária: EURO

DESCRIÇÃO	ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CORRENTES			ACTIVOS BIOLÓGICOS CORRENTES		
	JUSTO VALOR	CUSTO	TOTAL	JUSTO VALOR	CUSTO	TOTAL
<b>ANIMAIS</b>						
Saldo em 31-12-2020	652 811		652 811	748 898		748 898
Aquisições			0			0
Variações de justo valor	21 579		21 579	70 853		70 853
Abates	-45 002		-45 002	0		0
<b>Saldo em 31-12-2021</b>	<b>629 388</b>		<b>629 388</b>	<b>819 751</b>		<b>819 751</b>
<b>PLANTAS</b>						
Saldo em 31-12-2020		1 520 827	1 520 827	4 276 880		4 276 880
Aquisições			0			
Variações de justo valor				889 724		889 724
Transf. Produto Acabado				-672 658		-672 658
Abates		0	0			
Outros (transferências)			0			
Depreciações		-139 896	-139 896			
<b>Saldo em 31-12-2021</b>		<b>1 380 931</b>	<b>1 380 931</b>	<b>4 493 946</b>		<b>4 493 946</b>
<b>Activos Biológicos em 31-12-2021</b>	<b>629 388</b>	<b>1 380 931</b>	<b>2 010 319</b>	<b>5 313 697</b>		<b>5 313 697</b>

#### 8.4 - Existência e quantias escrituradas de ativos biológicos cuja posse seja restrita e quantias escrituradas de ativos biológicos penhorados como garantia de passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de posse ou penhoras sobre ativos biológicos.

#### 8.5 - Estratégias de gestão de riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola

Para além dos riscos de natureza estritamente financeira, identificados no ponto 3.5, a que a atividade agrícola também se encontra exposta, há ainda que sublinhar aquele que lhe está mais intimamente relacionado, e que poderá intensificar-se em consequência das alterações climáticas:

- **Risco Meteorológico** - o desenvolvimento das atividades produtivas é naturalmente afetado pelas condições meteorológicas verificadas na região onde se localizam as propriedades da CL, em cada campanha agrícola. Quando adversas, em fases mais sensíveis das culturas, podem ser fonte de perdas económicas de extensão variável, pelos efeitos na sanidade das culturas ou pela dificuldade que podem representar para a realização de determinadas atividades culturais. A CL, pela dimensão das áreas agroflorestais exploradas, pela diversidade cultural e pela utilização do regadio em todas as suas culturas de Primavera-Verão e perenes, atenua os riscos decorrentes da anormalidade das condições do tempo. É previsível que o risco meteorológico se intensifique cada vez mais face às alterações climáticas que se verificam, exigindo uma maior monitorização, bem como a introdução de eventuais alterações nos processos produtivos e em algumas culturas.

#### 8.6 - Razão por que não podem ser fiavelmente mensurados ao justo valor

As razões foram divulgadas na nota 3.6.4.

#### 8.7 - Método de depreciação usado e vidas úteis usadas

Os ativos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

ACTIVOS BIOLÓGICOS DE PRODUÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Montado de sobro e pinhal manso	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos

#### 8.8 - Natureza e extensão dos subsídios governamentais reconhecidos nas demonstrações financeiras

São diversas as naturezas dos subsídios governamentais, reconhecidos nas demonstrações financeiras apresentadas, sendo extenso e complexo o seu enquadramento legislativo, tais como:

- RPB (Regime de Pagamento Base) - é um regime de apoio ao rendimento base dos agricultores, instituído pelo Reg. (UE) n.º 1307/2013, que veio substituir o extinto RPU (Regime de Pagamento Único). Esta ajuda tem por princípio básico o desligamento total ou parcial da produção e é paga aos produtores, em função da área elegível. O pagamento único é uma ajuda ao rendimento dos agricultores, calculado em função do direito dos agricultores, determinado com base num período de referência histórico. Tem como objetivo principal o garantir rendimentos mais estáveis aos agricultores, que decidem o que produzir sem perder as ajudas e adaptando a oferta à procura.



O recebimento das ajudas no âmbito do RPB fica condicionado ao cumprimento das regras do *Greening*.

- *Greening* - é um pagamento destinado a apoiar três práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente de forma a promover a melhoria do desempenho ambiental da nova PAC.

Este pagamento tem por base a obrigatoriedade do cumprimento das práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente em toda a superfície elegível da exploração e não apenas na superfície elegível utilizada para ativação de direitos do RPB.

As três práticas abrangidas pelo *Greening* são:

- Diversificação das culturas;
- Manutenção dos prados permanentes;
- Superfície de interesse ecológico.
  - A “diversificação de culturas” visa a melhoria do desempenho ambiental através da melhoria da qualidade dos solos pela prática de rotação de culturas na mesma terra arável.
  - A “manutenção de prados permanentes” é uma prática que tem como objetivo o benefício ambiental positivo que estas superfícies representam em particular na fixação do carbono.
    - “Prados permanentes” (prados permanentes e pastagens permanentes) são as terras ocupadas com erva ou outras forrageiras herbáceas naturais (espontâneas) ou cultivadas (semeadas) que não tenham sido incluídas no sistema de rotação da exploração por um período igual ou superior a cinco anos; pode incluir outras espécies, tais como arbustos e/ou árvores, suscetíveis de servir de pasto desde que a erva e outras forrageiras herbáceas se mantenham predominantes, bem como, caso os Estados-Membros assim decidam, terras suscetíveis de servir de pasto e que fazem parte das práticas

locais estabelecidas quando a erva e outras forrageiras herbáceas não predominarem tradicionalmente nas zonas de pastagem.

- As “superfícies de interesse ecológico” têm como principal objetivo salvaguardar e melhorar a biodiversidade nas terras aráveis das explorações agrícolas.
- Vacas Aleitantes - Prémio por Vaca em Aleitamento e Prémio Nacional Suplementar, de apoio ao sector bovino. Por definição, vaca aleitante será uma vaca pertencente a uma raça de vocação “carne” ou resultante de um cruzamento com uma dessas raças, e que faça parte de uma manada destinada à criação de vitelos para produção de carne, o que pressupõe a alimentação dos vitelos com base no leite materno;
- Regime de Apoio Associado à Cultura do Arroz - O pagamento específico por superfície ao arroz tem como objetivo assegurar um aprovisionamento estável à indústria local de transformação, que permita manter um certo nível de produção e evitar situações disruptivas no sector que conduzam ao abandono da atividade;
- Produção Integrada - Ajuda destinada a apoiar os agricultores que prosseguem um conjunto específico de práticas agrícolas. É um sistema agrícola de produção de alimentos de alta qualidade e de outros produtos utilizando os recursos naturais e os mecanismos de regulação natural em substituição de fatores de produção prejudiciais ao ambiente e de modo a assegurar, a longo prazo, uma agricultura viável;
- Conservação do Solo - Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que praticam um sistema de mobilização de conservação do solo que, embora intervindo em toda a superfície do terreno, mantém uma quantidade apreciável de resíduos da cultura anterior à superfície do

solo, baseando-se na utilização de alfaias de mobilização vertical e estando interdito o uso de alfaias que promovam o reviramento do solo ou levantamento do torrão;

- **Modo de Produção Biológico** - Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que têm práticas agrícolas em modo biológico. A produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais. O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societário, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens públicos que contribuem para a proteção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural;

- **Raças Autóctones** - Este caso específico destina-se a apoiar a manutenção de sistemas pecuários baseados em raças autóctones;

- **Uso Eficiente da Água na Agricultura** - Os apoios previstos nesta medida prevêm promover a adoção de práticas ambientais benéficas, melhorar a gestão da água, dos adubos e dos pesticidas, melhorar a eficiência na utilização da água pelo sector agrícola;

- **Culturas Permanentes Tradicionais** - Estes apoios têm os objetivos de promover a adoção de práticas ambientais benéficas, manter os sistemas tradicionais de culturas permanentes, manter o património genético vegetal;

- **Pastoreio Extensivo** (manutenção de sistemas agrossilvopastoris sob montado) - estes apoios prosseguem os objetivos de promover a adoção de práticas ambientais benéficas, assegurar a manutenção de modos extensivos de produção pecuária, prevenir e melhorar a gestão dos solos, promover a biodiversidade, promover a conservação e o sequestro de carbono na agricultura;

- **Condicionalidade** - É um regime que sujeita o recebimento integral de determinadas ajudas comunitárias da PAC, designadamente as relativas ao cumprimento de um conjunto de requisitos ou normas base em matéria de ambiente, saúde pública, animal e fitossanidade, bem-estar animal e manutenção das terras agrícolas em boas condições agrícolas e ambientais.

Unidade monetária: Milhares de Euros

<b>SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PERÍODOS</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
RBP + Greening	1 401	1 436
Vacas Aleitantes	156	162
Arroz	65	84
Produção Integrada	97	118
Conservação do Solo	3	3
Uso Eficiente Água	21	29
Modo de Produção Biológico	282	281
Raças Autóctones	46	51
Outros	36	19
Montado (Projeto FEADER)	0	120
<b>Total dos subsídios governamentais</b>	<b>2 109</b>	<b>2 303</b>
Outros subsídios	226	41
<b>Total</b>	<b>2 335</b>	<b>2 344</b>

### **Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras**

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece o subsídio como rendimento somente quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

#### **8.9 - Condições não cumpridas e outras contingências ligadas aos subsídios governamentais**

A Companhia das Lezírias promove uma gestão dos seus recursos no sentido do estrito cumprimento de todas as contingências ligadas aos subsídios governamentais.

#### **8.10 - Diminuições significativas que se esperam no nível de subsídios governamentais**

Globalmente, a Companhia das Lezírias manteve o nível de subsídios que tem vindo a receber, não obstante as alterações estruturais introduzidas nos regimes de ajudas a vigorar entre 2015-2020.

Sectorialmente verificámos alguns impactos negativos significativos, com destaque para a ajuda às “Vacas aleitantes” em consequência da extinção do regime anterior.

No que diz respeito ao Quadro Financeiro Plurianual da nova PAC (Política Agrícola Comum), Portugal conseguiu no 1.º pilar (Ajudas Diretas) uma aproximação parcial aos restantes Estados Membros passando dos atuais 186 Euros/ha para os cerca de 200 Euros/ha até 2020.

Ao abrigo das novas regras de convergência, em 2019, nenhum Estado-Membro deverá receber menos de 75% da média europeia e nenhum agricultor receberá menos de 60% da média nacional. A nova PAC prevê também um “mecanismo de travão” para assegurar que as perdas ao nível de cada agricultor não sejam superiores a 30%. O esforço de convergência será suportado pelos agricultores que recebem acima da média.

No âmbito dos pagamentos diretos da PAC foram efetuadas comunicações à Comissão Europeia durante o mês de julho de 2016, relativas às seguintes decisões nacionais que têm efeitos a partir da Campanha de 2017, inclusive:

- Redução de pagamentos - Alteração do atual mecanismo de redução de pagamentos passando a existir uma redução de 5% dos pagamentos a título do pagamento base que se situam entre 150.000 e 300.000 €, e de 100% aos pagamentos que excedem o limiar de 300.000 € de pagamentos a título do mesmo regime, considerando-se o contributo do fator emprego para a determinação do montante de pagamento base que serve à aplicação das taxas de redução.

Este regime, aplicado às ajudas devidas a partir do ano 2017, como considera o efeito dos salários relativos à mão de obra permanente ligada à atividade agrícola no cálculo do limiar da redução, não teve impacto para empresa.

- Regime do pagamento redistributivo - Com efeitos a partir da campanha de 2017, a implementação deste regime que visa o reforço do apoio à pequena agricultura, obtido anualmente pela redução linear

do valor de todos os direitos ao pagamento do RPB, tem um impacto pouco significativo no montante global dos subsídios recebidos.

Relativamente a 2022, sinaliza-se:

- No seguimento da política de convergência do valor unitário de RPB, o valor unitário médio dos direitos de RPB da CL desceu para 81,72 €/direito;
- A percentagem considerada para o pagamento do apoio correspondente ao Greening foi de 76,73% do valor do RPB;
- A redução linear no montante apurado de RPB para financiamento do RPA foi de 4,8%;
- No prémio à Vaca em Aleitamento foi aplicada uma redução em cerca de 2% do número de animais por beneficiário devido à ultrapassagem do limiar garantido;
- No pagamento específico do arroz foi aplicada uma redução de 17,46% na área das superfícies dos elementos lineares da orizicultura, por ultrapassagem do limiar garantido;
- No pagamento redistributivo - o valor indicativo da ajuda é de 120 €/direito, até ao máximo de 10 direitos.

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) em 2021, iniciada pela Comissão Europeia em 2018, estabeleceu um novo quadro regulamentar que introduz alterações nos seus objetivos, instrumentos e mecanismos de avaliação, os quais passam a estar integrados num plano único, a nível nacional, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para o período de programação 2023-2027, cujas normas gerais foram aprovadas muito recentemente pelo Decreto-Lei n.º 12/2023, de 24 de fevereiro.

O quadro desta reforma inclui novos elementos promotores de uma ambição ecológica mais elevada, em alinhamento com o Pacto Ecológico

Europeu e as estratégias europeias do prado ao prato e em matéria de biodiversidade.

Esta nova arquitetura mais verde para a PAC apresenta requisitos obrigatórios reforçados e maiores oportunidades de financiamento para a agricultura ecológica.

Considerando que a Companhia das Lezírias já adota práticas agrícolas, pecuárias e florestais benéficas para o clima, a biodiversidade e o ambiente, enquadradas nos modos de produção integrada e biológica, não se perspetivam, a partir de 2023, alterações significativas no valor global dos subsídios, sem prejuízo de novas medidas, novas regras para medidas com continuidade, novos valores de pagamentos e de um novo modelo de gestão financeira das ajudas.

À presente data, sabemos que no ano 2023: será dada continuidade ao processo de convergência interna gradual iniciada em 2021, até se atingir um valor uniforme por hectare do apoio ao rendimento de base em 2026, que será de 80,70 €/ha; deixará de existir o pagamento do apoio relativo ao *Greening* (compensado por outras medidas agroecológicas); o regime de direitos termina a 31 de dezembro de 2025 e qualquer beneficiário receberá 80,70 €/ha, desde que a área seja elegível.

### 9.1 - Relacionamento com empresas-mãe

#### PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.

A Parpública detém o capital social da Companhia das Lezírias na sua totalidade. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é constituído por 1.000.000 (um milhão) de ações, com o valor nominal de 5,00 (cinco euros) cada.

#### Sede da empresa-mãe

Rua de Santa Marta, n.º 55, 5.º Piso, em Lisboa

### Transações com a empresa-mãe

- **Natureza do relacionamento com as partes relacionadas**

Atualmente as transações com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo acionista.

- **Transações e saldos pendentes**

Unidade monetária: EURO

DESCRIÇÃO	PERÍODOS	
	2022	2021
<b>Transações <sup>(1)</sup></b>		
Clientes e outros devedores	2 259	
Fornecedores e outros credores		
<b>Saldos pendentes</b>		
Activos		
Passivos		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

## 9.2 - Relacionamento com empresas associadas e outras relacionadas

### 9.2.1 - ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, SA

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 19,9%.

#### Sede da empresa associada

Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

## Transações com a empresa associada

### • Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

As transações com esta associada decorrem basicamente do objeto social desta sociedade de produtores agrícolas.

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento interno, a Companhia das Lezírias adquire através da Orivárzea, SA a totalidade dos fatores de produção e serviços aplicados na cultura - sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal.

No âmbito da atividade da Orivárzea, SA, a Companhia das Lezírias arrendou-lhe uma área com 673 hectares, onde é efetuada produção de arroz e multiplicação de semente.

### • Transações e saldos pendentes

Unidade monetária: EURO

DESCRIÇÃO	PERÍODOS	
	2022	2021
<b>Transacções <sup>(1)</sup></b>		
Clientes e outros devedores	459 826	603 588
Fornecedores e outros credores	259 022	412 946
<b>Saldos pendentes</b>		
Activos	73 696	47 112
Passivos		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

### 9.2.2 - ORIVÁRZEA - Organização de Produtores de Arroz, ACE

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 8,0%.

#### Sede da empresa associada

Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

Em consequência da alteração do enquadramento legal das Organizações de Produtores, foi pedido o desconhecimento do agrupamento de produtores que funcionava na ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, SA, e foi constituída a ORIVÁRZEA - Organização de Produtores de Arroz, ACE, que passou a conter esta função.

### Transações com a empresa associada

#### • Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

As transações com esta associada decorrem basicamente do objeto social desta Organização de Produtores (OP).

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento da OP, a Companhia das Lezírias adquire através da Orivárzea, ACE serviços técnicos para a condução da cultura.

É à Orivárzea, ACE, também de acordo com o regulamento da OP, que se efetua a venda da totalidade da produção de arroz.

#### • Transações e saldos pendentes

Unidade monetária: EURO

DESCRIÇÃO	PERÍODOS	
	2022	2021
<b>Transações <sup>(1)</sup></b>		
Clientes e outros devedores	476 457	717 917
Fornecedores e outros credores	11 285	6 217
<b>Saldos pendentes</b>		
Activos	454 070	437 193
Passivos		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

### 9.2.3 - Sociedade Agrícola Paul de Belmonte, Unipessoal, Lda

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 8,0%.

#### Sede da empresa associada

Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

### Transações com a empresa associada

- **Natureza do relacionamento com as partes relacionadas**

Esta sociedade é detida pela ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, SA e foi constituída com o objetivo de, em resposta às crescentes exigências de mercado, promover a produção de arroz em Modo de Produção Biológico.

No âmbito da sua atividade, a Companhia das Lezírias arrendou-lhe uma área com 258,68 hectares onde é efetuada produção de arroz e multiplicação de semente, em Modo de Produção Biológico.

- **Transações e saldos pendentes**

Unidade monetária: EURO

DESCRIÇÃO	PERÍODOS	
	2022	2021
<b>Transacções <sup>(1)</sup></b>		
Clientes e outros devedores	147 921	156 241
Fornecedores e outros credores		
<b>Saldos pendentes</b>		
Clientes e outros devedores		
Accionistas/sócios		
Fornecedores e outros credores		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

(1) Inclui IVA.

#### 9.2.4 - CLR - Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 20,0%.

#### Sede da empresa associada

Herdade do Catapereiro, Estrada Nacional 118, em Samora Correia

#### Transações com a empresa associada

- **Natureza do relacionamento com as partes relacionadas**

Não existem transações com esta associada, dado não ter iniciado a sua atividade operacional..



## 10 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

### Investimentos em associadas

Unidade monetária: EURO

EMPRESA	ANO	CAPITAL SOCIAL	CAPITAL REALIZADO	ACÇÕES PRÓPRIAS	PRÉMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES	RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	CAPITAL PRÓPRIO	PASSIVO	RENDIMENTOS OPERACIONAIS
Orivárzea, S.A.	2022	2 500 000	2 500 000	-190 199	1 341 075	6 214 666	1 092 709	10 958 251	13 656 978	23 879 119
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2013	5 000	5 000			-4 845	-80	75	3 038	0

EMPRESA	ANO	CAPITAL SOCIAL	CAPITAL REALIZADO	ACÇÕES PRÓPRIAS	PRÉMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES	RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	CAPITAL PRÓPRIO	PASSIVO	RENDIMENTOS
Orivárzea, S.A.	2021	2 500 000	2 500 000	-42 591	1 343 467	5 933 063	440 638	10 174 577	12 002 793	16 835 892
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2013	5 000	5 000			-4 845	-80	75	3 038	0

### Data de relato das demonstrações financeiras de cada associada com período de relato diferente do investidor

A data de relato da Orivárzea não coincide com o ano civil e ocorre entre 01/09/n-1 e 31/08/n.

## Efeitos nas demonstrações financeiras

Unidade monetária: EURO

EMPRESA	SEDE	ANO	VALOR DE AQUISIÇÃO	QUANTIA ESCRITURADA	ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	VALOR DE VENDA	EFEITO NOS RESULTADOS	EFEITO NO CAPITAL PRÓPRIO	DIVIDENDOS
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2022	1 239 886	3 056 412	813 830		320 765	149 476	160 382
Orivárzea, S.A. - Alienação	Salvaterra Magos	2022	-540 322		-813 830	729 390	-84 440		
			699 564	2 242 582	0	729 390	236 325	149 476	160 382
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1 000	1 000					0

EMPRESA	SEDE	ANO	VALOR DE AQUISIÇÃO	QUANTIA ESCRITURADA	ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	VALOR DE VENDA	EFEITO NOS RESULTADOS	EFEITO NO CAPITAL PRÓPRIO	DIVIDENDOS
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2021	1 239 886	2 746 553	731 324		121 580	-10 886	60 790
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1 000	1 000					

Decorrente da necessidade de adaptação ao normativo legal (alínea a), do n.º 1, do artigo 8.º da Portaria n.º 298/2019, de 9 de setembro) aplicável às Organizações de Produtores (OP), a qual restringe a participação de qualquer acionista de uma OP a 20% do capital social da mesma, concretizou-se a alienação de 7,22% da participação na Orivárzea - Orizultores do Ribatejo, SA, permanecendo a Companhia das Lezírias apenas com 19,9% do capital social dessa sociedade. Esta alienação foi objecto de autorização pelo Despacho n.º 139/2022-SET, de 28 de janeiro, seguido de despacho da Senhora Ministra da Agricultura, datado de 9 de fevereiro de 2022.

## Activos não correntes detidos para venda

Unidade monetária: EURO

PARTICIPAÇÃO CAPITAL	31/12/21	AJUSTAMENTOS 2022	ALIENAÇÕES 2022	31/12/2022
Orivárzea, S.A.	731 324	82 506	-813 830	0

## 11 - OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

### Participações financeiras - outros métodos

Unidade monetária: EURO

EMPRESA	2022				2021			
	VALOR DE AQUISIÇÃO	IMPARIDADES	QUANTIA ESCRITURADA	DIVIDENDOS	VALOR DE AQUISIÇÃO	IMPARIDADES	QUANTIA ESCRITURADA	DIVIDENDOS
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo VFX	499		499	5	499		499	3
Coop. Agric. Compra, Venda Prest. Serviços	5	5	0		5	5	0	
Coop. Agrícola Polivalente do Porto Alto	0		0		0		0	
Lusitanus, S.A.	4 988		4 988		4 988		4 988	
Pec-Tejo, S.A.	700 343	640 343	60 000		700 343	640 343	60 000	
Animaforum	500		500		500		500	
Cerpro, SA	5		5		5		5	
Orivárzea, ACE	400		400		400		400	
<b>Total</b>	<b>706 740</b>	<b>640 348</b>	<b>66 392</b>	<b>5</b>	<b>706 740</b>	<b>640 348</b>	<b>66 392</b>	<b>3</b>

A Pec-Tejo, SA encontra-se em processo de liquidação. A quantia escriturada é o valor recuperável da participação detida, de acordo com informação transmitida à Companhia das Lezírias no âmbito da partilha.

### Outros ativos financeiros

Unidade monetária: EURO

EMPRESA	2022			2021		
	VALOR DE AQUISIÇÃO	IMPARIDADES	QUANTIA ESCRITURADA	VALOR DE AQUISIÇÃO	IMPARIDADES	QUANTIA ESCRITURADA
Obrigações Consolidado 3% 1942	2 397		2 397	2 397		2 397
Fundo de Compensação do Trabalho	10 582		10 582	8 838		8 838
<b>Total</b>	<b>12 979</b>	<b>0</b>	<b>12 979</b>	<b>11 236</b>	<b>0</b>	<b>11 236</b>

As políticas contabilísticas adotadas para a mensuração dos inventários e a forma de custeio utilizada, encontram-se descritas na nota 3.6.8.

### Quantia escriturada de inventários

Unidade monetária: EURO

RUBRICAS	31/12/22			31/12/21		
	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADES	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADES	QUANTIA ESCRITURADA
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 213 969		1 213 969	1 177 293		1 177 293
Produtos acabados e intermédios	479 515		479 515	452 612		452 612
Produtos e Trabalhos em Curso	89 044		89 044	128 314		128 314
<b>Total</b>	<b>1 782 528</b>	<b>0</b>	<b>1 782 528</b>	<b>1 758 219</b>	<b>0</b>	<b>1 758 219</b>

### Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

RUBRICAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO
Saldo em 31-12-2021	1 177 293	452 612	128 314
Compras	1 571 106		
Reclassificações e regularizações	716 667	-1 270 761	
Saldo em 31-12-2022	1 213 969	479 515	89 044
<b>Gastos no período</b>	<b>2 251 096</b>	<b>-1 243 858</b>	<b>-39 270</b>

RUBRICAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO
Saldo em 31-12-2020	1 115 883	317 853	21 578
Compras	1 935 854		
Reclassificações e regularizações	681 560	-2 931 464	
Saldo em 31-12-2021	1 177 293	452 612	128 314
<b>Gastos no período</b>	<b>2 556 004</b>	<b>-2 796 705</b>	<b>106 736</b>



### **Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos**

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer inventários dados como penhor de garantias.

### Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se relatadas nas notas 3.6.9, 3.6.10, 3.6.12, 3.6.14 e 8.5.

### 13.1 - Ativos financeiros

O detalhe dos ativos e passivos financeiros na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Unidade monetária: EURO

RUBRICAS	31/12/22			31/12/21		
	MENSURADOS AO CUSTO	IMPARIDADES ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA	MENSURADOS AO CUSTO	IMPARIDADES ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA
<b>Activos financeiros</b>						
<b>NÃO CORRENTE</b>	<b>719 719</b>	<b>640 348</b>	<b>79 371</b>	<b>717 975</b>	<b>640 348</b>	<b>77 627</b>
Produtos acabados e intermédios	719 719	640 348	79 371	717 975	640 348	77 627
<b>CORRENTE</b>	<b>14 700 669</b>	<b>624 091</b>	<b>14 076 578</b>	<b>13 445 166</b>	<b>634 466</b>	<b>12 810 700</b>
Clientes	1 002 375	481 652	520 722	1 858 836	488 047	1 370 789
Outros créditos a receber	2 243 888	142 439	2 101 449	1 282 354	146 419	1 135 935
Caixa e depósitos bancários	11 454 406		11 454 406	10 303 976		10 303 976
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>15 420 388</b>	<b>1 264 439</b>	<b>14 155 949</b>	<b>14 163 141</b>	<b>1 274 814</b>	<b>12 888 327</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>NÃO CORRENTE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Produtos acabados e intermédios	0		0	0		0
<b>CORRENTE</b>	<b>1 634 520</b>	<b>0</b>	<b>1 634 520</b>	<b>1 208 393</b>	<b>0</b>	<b>1 208 393</b>
Fornecedores	291 387		291 387	220 842		220 842
Adiantamentos de clientes	484 259		484 259	72 515		72 515
Financiamentos obtidos	0		0	0		0
Outras dívidas a pagar	858 874		858 874	915 036		915 036
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>1 634 520</b>	<b>0</b>	<b>1 634 520</b>	<b>1 208 393</b>	<b>0</b>	<b>1 208 393</b>

### 13.2 - Ativos dados em garantia ou penhor

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer ativos relacionados com instrumentos financeiros dados como garantias de passivos.

### 13.3 - Compromissos financeiros que não figuram no balanço

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, incluía o projeto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, atualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos encontra-se definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 abril de 1954, Decreto-lei n.º 41956, de 12 novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de dezembro.

Na data do relato a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 6.172,10 Euros, a serem pagos em 10 anuidades de 617,21 euros.





## 14 - DIFERIMENTOS

As despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde:

*Unidade monetária: EURO*

DESCRIÇÃO	31/12/2022 CORRENTE	31/12/2021 CORRENTE
<b>Activo</b>		
Seguros	7 858	7 583
Outros Gastos a reconhecer	22 866	41 249
<b>Total</b>	<b>30 724</b>	<b>48 833</b>
<b>Activo</b>		
Rendas	213 331	208 544
Outros Rendimentos a reconhecer	3 558	3 937
<b>Total</b>	<b>216 889</b>	<b>212 480</b>

## 15 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Unidade monetária: EURO

DESCRIÇÃO	31/12/2022 CORRENTE	31/12/2021 CORRENTE
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	326 166	68 333
Imposto sobre o valor acrescentado	539 370	290 115
<b>Total</b>	<b>865 536</b>	<b>358 448</b>
<b>Passivo</b>		
Contribuições para a Segurança Social	33 959	45 219
Retenção de impostos sobre rendimento	22 546	26 847
Tributos das autarquias locais	29 094	29 600
FCT e FGCT	346	297
Outros impostos		
<b>Total</b>	<b>85 945</b>	<b>101 964</b>

Na sequência de um pedido de reembolso de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) no ano 2013, reconhecido e creditado na totalidade à empresa, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) efetuou uma inspeção tributária aos exercícios de 2012 e 2013. O relatório produzido concluiu existir IVA por liquidar no montante de 687 mil Euros, relacionado com a interpretação dada à aplicação a alguns contratos de arrendamento, e pela dedução indevida de imposto no valor de 19 mil Euros, relacionado com a interpretação no tempo da aplicação do Ofício-Circulado n.º 30152, de 16/10/2013.

A Companhia das Lezírias apresentou os correspondentes meios de defesa e, em alternativa ao pagamento das liquidações emitidas pela AT, optou por apresentar uma garantia bancária no montante de 859 mil Euros em outubro de 2014 (ver nota 30).

No ano 2021 foi proferida sentença favorável ao recurso apresentado pela CL, no que respeita ao valor materialmente relevante deste processo, correspondente ao alegado IVA por liquidar nos contratos de arrendamento. Por se encontrarem reunidas as condições necessárias, foi já pedido o levantamento da garantia bancária.

Mantém o litígio com a AT e não constituiu qualquer provisão para este efeito e, face ao anteriormente referido, não espera quaisquer impactos patrimoniais do desfecho deste processo.

### Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, designadamente o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual - os estatutos da Empresa definem este valor em 10%, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### Resultados transitados e Outras reservas

Correspondem essencialmente aos resultados líquidos de períodos anteriores que não foram distribuídos, de acordo com as deliberações das assembleias gerais. Registam ainda os montantes decorrentes das alterações da aplicação pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A aplicação de resultados do período anterior, conforme deliberação da Assembleia Geral realizada no dia 31 de março de 2022, foi a seguinte:

Reservas Livres	1.672.812,29 Euros
Dividendos	959.757,06 Euros

### Excedentes de revalorização

Reúne os montantes das diversas revalorizações de ativos fixos tangíveis e de propriedades de investimento, decorrentes da aplicação da legislação fiscal.

### Ajustamentos/outras variações no capital próprio

#### Ajustamentos em ativos financeiros

Evidencia os valores correspondentes à utilização do método da equivalência patrimonial em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, conforme previsto na NCRF 13, de acordo com o divulgado na nota 10.

#### Outras variações no capital próprio

Inclui o valor recebido de subsídios associados com ativos, deduzido dos correspondentes impostos diferidos, imputado como rendimentos do exercício numa base sistemática durante a vida útil dos ativos.

AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	31/12/2020	MOVIMENTOS DO PERÍODO		31/12/2021	MOVIMENTOS DO PERÍODO		31/12/2022
		AUMENTOS	DIMINUIÇÕES		AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	
Ajustamentos em activos financeiros	380 059		10 886	369 172	149 476	297 620	221 028
Subsídios atribuídos	1 378 801	213 522	173 772	1 418 551	115 425	178 374	1 355 602
Impostos Diferidos	-310 230	-8 944		-319 174		14 163	-305 011
<b>Total</b>	<b>1 448 630</b>	<b>204 578</b>	<b>184 658</b>	<b>1 468 549</b>	<b>264 901</b>	<b>490157</b>	<b>1 271 620</b>

### Resultado líquido do período

Proposta de aplicação do resultado líquido apurado no período, apresentada pelo Conselho de Administração à apreciação e deliberação da Assembleia Geral:

Reservas Livres	1.713.054,77 Euros
Dividendos	517.899,71 Euros

## 17 - ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica “Ativos por impostos diferidos” e “Passivos por impostos diferidos” na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Unidade monetária: EURO

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	31/12/20	VARIAÇÕES COM EFEITOS NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	VARIAÇÕES COM EFEITOS NOS RESULTADOS	31/12/21	VARIAÇÕES COM EFEITOS NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	VARIAÇÕES COM EFEITOS NOS RESULTADOS	31/12/22
Imparidade de créditos	8 313		22	8 335		-2 385	5 950
Responsabilidade complementos de reforma	452 155	-40 410	-18 603	393 141		-18 941	374 201
Imparidade de investimentos financeiros	144 077			144 077			144 077
<b>Total</b>	<b>604 545</b>	<b>-40 410</b>	<b>-18 581</b>	<b>545 554</b>	<b>0</b>	<b>-21 325</b>	<b>524 228</b>

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	31/12/20	VARIAÇÕES COM EFEITOS NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	VARIAÇÕES COM EFEITOS NOS RESULTADOS	31/12/21	VARIAÇÕES COM EFEITOS NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	VARIAÇÕES COM EFEITOS NOS RESULTADOS	31/12/22
Investimentos	14 203		-2 749	11 454		-1 002	10 452
Activos Biológicos Consumíveis	885 705		48 840	934 545		146 034	1 080 579
<b>Total</b>	<b>899 908</b>	<b>0</b>	<b>46 091</b>	<b>945 999</b>	<b>0</b>	<b>145 032</b>	<b>1 091 031</b>

## 18 - RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Por força do definido nos acordos de empresa, a Companhia das Lezírias mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

Unidade monetária: EURO

<b>BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/21</b>
Responsabilidades no início do período	1 747 295	2 009 577
Custo de juros	39 384	49 435
Ganhos e perdas actuariais		-179 601
Benefícios pagos	-123 564	-132 116
<b>Responsabilidades no fim do período</b>	<b>1 663 115</b>	<b>1 747 295</b>

Principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados na elaboração do último estudo efetuado, reportado a 31 de dezembro de 2021:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 (50%)
Taxa de desconto	1,13%
Taxa de crescimento	
Salários	0,90%
Diuturnidades	0,90%
Pensões	0,00%
Taxa de revalorização dos salários SS	1,30%
Taxa de inflação	1,30%

## 19 - LOCAÇÕES

### Locação operacional

As locações contratadas pela empresa respeitam a contratos de *renting*, tendo registado como gasto no período de 16.685,43 Euros.

## 20 - RÉDITO

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito encontram-se descritas na nota 3.6.16.1.

Quantias significativas de rédito reconhecida durante o período:

Unidade monetária: EURO

RUBRICAS	31/12/22	31/12/21
<b>Vendas</b>	<b>3 405 012</b>	<b>5 574 864</b>
Produtos agrícolas	1 152 984	2 361 818
Vinhos e derivados	940 289	1 146 485
Produtos florestais	602 139	1 260 515
Activos biológicos	709 600	806 045
<b>Prestações de serviços</b>	<b>722 596</b>	<b>302 004</b>
Caça	46 111	26 931
Agro-turismo	340 413	268 795
Agrícolas	330 917	0
Outros	5 154	6 278
<b>Total</b>	<b>4 127 608</b>	<b>5 876 867</b>

## 21 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

133

Unidade monetária: EURO

RUBRICAS	31/12/22	31/12/21
Subcontratos	822 061	1 107 926
Serviços especializados	1 397 066	1 310 001
Trabalhos especializados	344 015	308 006
Conservação e reparação	541 271	542 319
Outros	511 779	459 676
Energia e fluidos	203 559	353 758
Serviços diversos	685 776	556 814
Outros	182 891	241 067
<b>Total</b>	<b>3 291 352</b>	<b>3 569 566</b>

## 22 - GASTOS COM O PESSOAL

Unidade monetária: EURO

<b>RUBRICAS</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/21</b>
Órgãos sociais		
Remunerações	252 282	234 751
Encargos	64 020	59 828
Pessoal		
Remunerações	1 619 552	1 594 514
Encargos	379 762	373 042
Benefícios pós-emprego	-84 180	-82 681
Pensões de reforma e sobrevivência	123 564	132 116
Outros gastos	86 118	78 418
<b>Total</b>	<b>2 441 118</b>	<b>2 389 988</b>

Unidade monetária: EURO

<b>RUBRICAS</b>	<b>Exercício</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Órgãos sociais	Média	5	5
Pessoal	Média	87	86

Os gastos suportados com os órgãos sociais durante o exercício foram:

Unidade monetária: EURO

<b>ÓRGÃO SOCIAL</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/21</b>
Mesa da Assembleia-geral	1 044	1 043
Conselho Fiscal	39 029	20 793
Revisor Oficial de Contas	17 513	17 306
Conselho de Administração	276 229	272 743

Relativamente a benefícios pós-emprego, ver nota 18.

## 23 - IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER	31/12/2020	RECONHECIDAS NOS RESULTADOS DURANTE O PERÍODO		UTILIZAÇÕES	31/12/2021	RECONHECIDAS NOS RESULTADOS DURANTE O PERÍODO		UTILIZAÇÕES	31/12/2022
		AUMENTOS	REVERSÕES			AUMENTOS	REVERSÕES		
		Cientes	496 370			2 018	10 341		
Outros créditos a receber	150 016	18 827	3 600		165 243	8 720	12 700		161 262
<b>Total</b>	<b>646 386</b>	<b>20 845</b>	<b>13 941</b>	<b>0</b>	<b>653 290</b>	<b>10 357</b>	<b>20 733</b>	<b>0</b>	<b>642 914</b>

IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER	31/12/2020	RECONHECIDAS NOS RESULTADOS DURANTE O PERÍODO		UTILIZAÇÕES	31/12/2021	RECONHECIDAS NOS RESULTADOS DURANTE O PERÍODO		UTILIZAÇÕES	31/12/2022
		AUMENTOS	REVERSÕES			AUMENTOS	REVERSÕES		
		Outros investimentos financeiros	640 348						
<b>Total</b>	<b>640 348</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>640 348</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>640 348</b>

## 24 - AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

As variações de justo valor reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	31/12/2022	31/12/2021
<b>ANIMAIS</b>	<b>115 587</b>	<b>109 295</b>
Consumíveis	70 893	70 853
Produção	44 694	21 579
<b>PLANTAS</b>	<b>2 637 780</b>	<b>3 876 281</b>
Produto Agrícola no momento da colheita	1 710 811	2 986 557
Produto Agrícola em crescimento	926 969	889 724
<b>Total</b>	<b>2 753 367</b>	<b>3 968 714</b>

A determinação do justo valor foi efetuada de acordo com o divulgado na nota 8.2.

## 25 - OUTROS RENDIMENTOS

Os “Outros rendimentos” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

OUTROS RENDIMENTOS	31/12/22	31/12/21
Rendimentos suplementares	160 738	181 637
Ganhos em inventários	112 878	31 282
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	3 287 537	3 235 941
Imputação de subsídios para investimentos	172 140	172 892
Juros obtidos	6 959	838
Outros	160 322	80 033
<b>Total</b>	<b>3 900 574</b>	<b>3 702 623</b>

## 26 - OUTROS GASTOS

Os "Outros gastos" reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

<b>OUTROS GASTOS</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/21</b>
Impostos	80 801	84 793
Perdas em inventários	70 613	64 710
Gastos e perdas investimentos	20 584	204 853
Outros	111 699	63 851
<b>Total</b>	<b>283 696</b>	<b>418 207</b>

A determinação do justo valor foi efetuada de acordo com o divulgado na nota 8.2.



## 27 - GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES

Os gastos/reversões de depreciação e de amortização reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

<b>GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/21</b>
<b>Propriedades de investimento (mensuradas ao custo)</b>		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	3 135	3 135
<b>Total</b>	<b>3 135</b>	<b>3 135</b>
<b>Activos fixos tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais	0	0
Edifícios e outras construções	582 603	590 139
Equipamento básico	187 822	176 604
Equipamento de transporte	79 521	87 486
Equipamento administrativo	43 716	28 210
Equipamentos biológicos	7 181	5 563
Outros activos fixos tangíveis	34 796	34 528
<b>Total</b>	<b>935 638</b>	<b>922 530</b>
<b>Activos intangíveis</b>		
Usufruto FAR DL 109/2013	9 508	9 508
<b>Total</b>	<b>9 508</b>	<b>9 508</b>
<b>Activos biológicos (mensurados ao custo)</b>		
Plantações	142 803	139 896
<b>Total</b>	<b>142 803</b>	<b>139 896</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 091 084</b>	<b>1 075 069</b>



## 28 - JUROS, DIVIDENDOS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os “Juros, dividendos e outros rendimentos similares” e “Gastos de financiamento” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Unidade monetária: EURO

<b>JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Juros obtidos		
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>GASTOS DE FINANCIAMENTO</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/21</b>
Juros suportados	10	52
Outros gastos de financiamento	9 132	8 053
<b>Total</b>	<b>9 142</b>	<b>8 105</b>

A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se divulgada na nota 3.6.16.3.



## 29 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Companhia das Lezírias encontra-se sujeita a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama.

O valor do imposto corrente do exercício de 2022 é calculado à taxa anual 21%, acrescida de Derrama.

A partir do exercício de 2008 a Derrama passou a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo assim uma taxa agregada máxima de 22,5%.

A parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500.000 de Euros fica sujeito à Derrama Estadual de 3,0%.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em

que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos.

Unidade monetária: EURO

<b>RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFECTIVA DE IMPOSTO</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/21</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2 805 919</b>	<b>3 315 865</b>
Imposto sobre o rendimento do período	365 103	599 061
Derrama	26 079	42 790
Derrama estadual	7 158	40 580
Tributações autónomas	10 268	12 720
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0	-76 527
<b>Imposto corrente</b>	<b>408 607</b>	<b>618 624</b>
Imposto diferido	166 358	64 672
<b>Imposto efectivo sobre o rendimento</b>	<b>574 965</b>	<b>683 296</b>
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	<b>20,5%</b>	<b>20,6%</b>

## 30 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Na data das presentes demonstrações financeiras, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia bancária no valor de 858.689,32 Euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA (ver nota 15).

## 31 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço e até à aprovação e emissão das demonstrações financeiras, para além do referido na nota 8.10 do presente anexo, não se verificaram quaisquer factos relevantes que justifiquem outras divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

### O Contabilista Certificado

Rui Manique de Brito

### O Conselho de Administração

António João Coelho de Sousa  
**(Presidente)**

Georgete Marques Félix  
**(Vogal)**

Maria Isabel Ramos  
de Figueiredo Vinagre  
**(Vogal)**

Samora Correia, 14 de março de 2023



RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil 15 - 1º 1749-12 Lisboa (Sede)  
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt  
Rua da Saudade, 132 - 3º 4150-692 Porto  
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2091 477 E: geral.porto@rsmpt.pt  
www.rsmpt.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 51.074.433 euros e um total de capital próprio de 46.382.933 euros, incluindo um resultado líquido de 2.230.954 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA, em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD  
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente e membro do RSM International. RSM International é um grupo de empresas que presta serviços de auditoria e outros serviços profissionais que permitem a implementação de contabilidade e fiscalidade RSM International em instituições de diversos países, e a prestação de serviços especializados.

Franquizado pela Rede Oficial de Serviços RSM/ITF

Nº 30-02/2023 (base 14/02/2023)

Instituição de Registo nº 30484/2023



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concorde com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de março de 2023

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'A. Silva'.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA  
representada por Joaquim Patrício da Silva (RDC n.º 320)  
registado na CMVM com o n.º 20160076

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade.

Assim, no exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a atividade da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Foram também consideradas e analisadas as orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais em 2022.

Apreciámos o Relatório de Gestão e as contas do exercício, os quais foram auditados pelo Revisor Oficial de Contas que emitiu a Certificação Legal das Contas, com cujo teor este Órgão expressa a sua concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

Apreciámos ainda o Relatório do Governo Societário, sendo nosso entendimento que a informação é atual e completa sobre todas as matérias reguladas no capítulo II do RJSPE (Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro), dando cumprimento ao estabelecido no artigo 54º do mesmo diploma, pelo que expressamos a nossa concordância com a informação constante de tal documento.

Na sequência do Despacho n.º139/2022 de 28 de janeiro, do Secretário de Estado do Tesouro, e da subsequente autorização da Senhora Ministra da Agricultura datada de 9 de fevereiro de 2022, foram alienadas 180.542 ações (7,22%) do capital social da Drivárzea – Drizicultores do Ribatejo, SA. A este propósito, refere-se que em 28 de outubro de 2021, emitimos parecer favorável nos termos da alínea a) do artigo 62º, do Decreto-lei 328/88 de 27 de setembro, sobre as condições mínimas a observar neste processo, as quais foram observadas.

Emitimos ainda, em 17 de outubro de 2022, parecer sobre a versão do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o exercício de 2023 que nos foi remetida a 30 de setembro de 2022.

Relativamente aos objetivos de gestão, refere-se que a contratualização dos mesmos está ainda em curso.

Tudo considerado, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2022, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

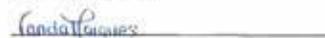


Lisboa, 16 de março de 2023

O Conselho Fiscal



José Gato (Presidente)



Vanda Marques (Vogal)



Patrício da Silva (Vogal – ROC, em representação da RSM & Associados – Sroc, Lda.)

